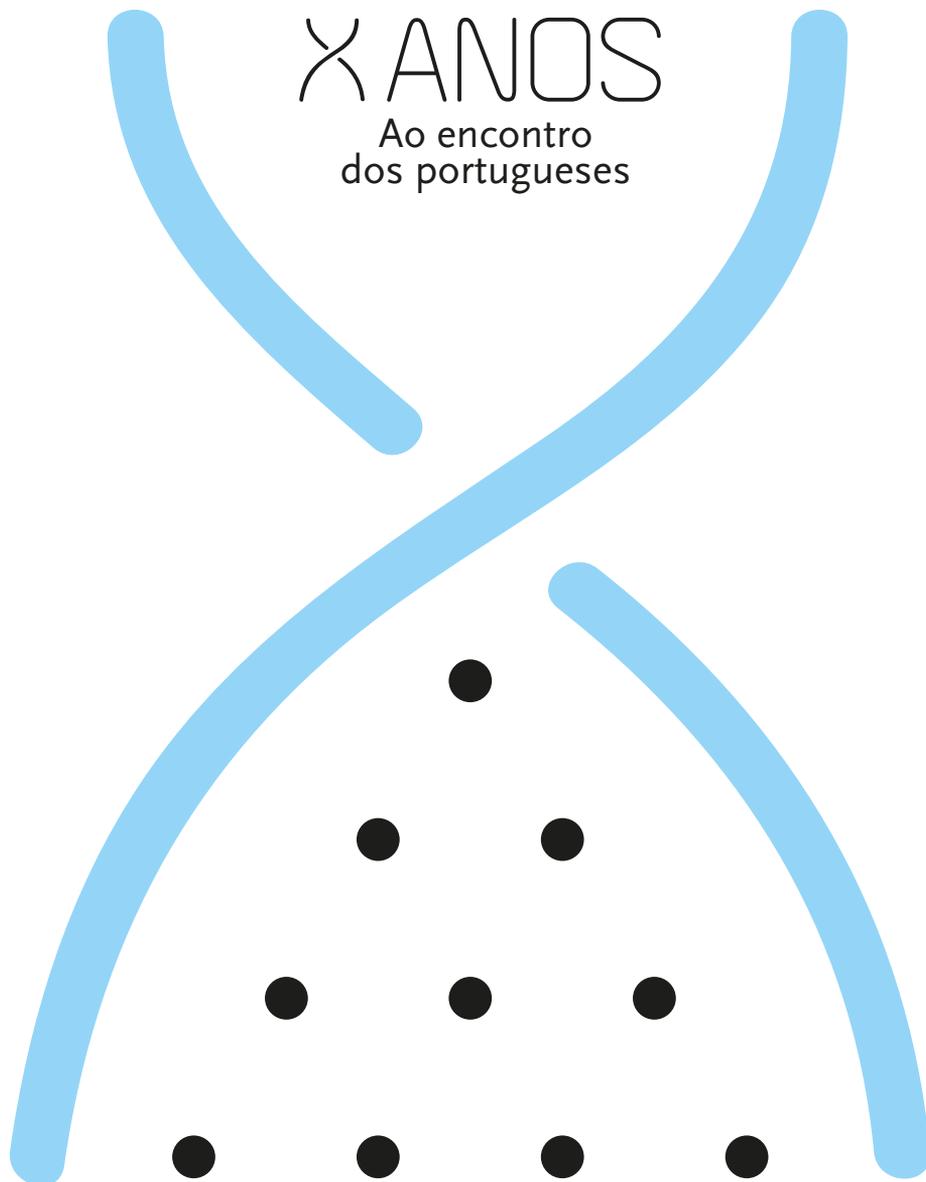




X ANOS

Ao encontro
dos portugueses



Relatório Anual 2019


FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Fundação Francisco Manuel dos Santos

Largo Monterroio Mascarenhas, 1 – 7.º · 1099-081 Lisboa

NIF: 508 867 380 · Telf: 21 001 58 00 · ffms@ffms.pt

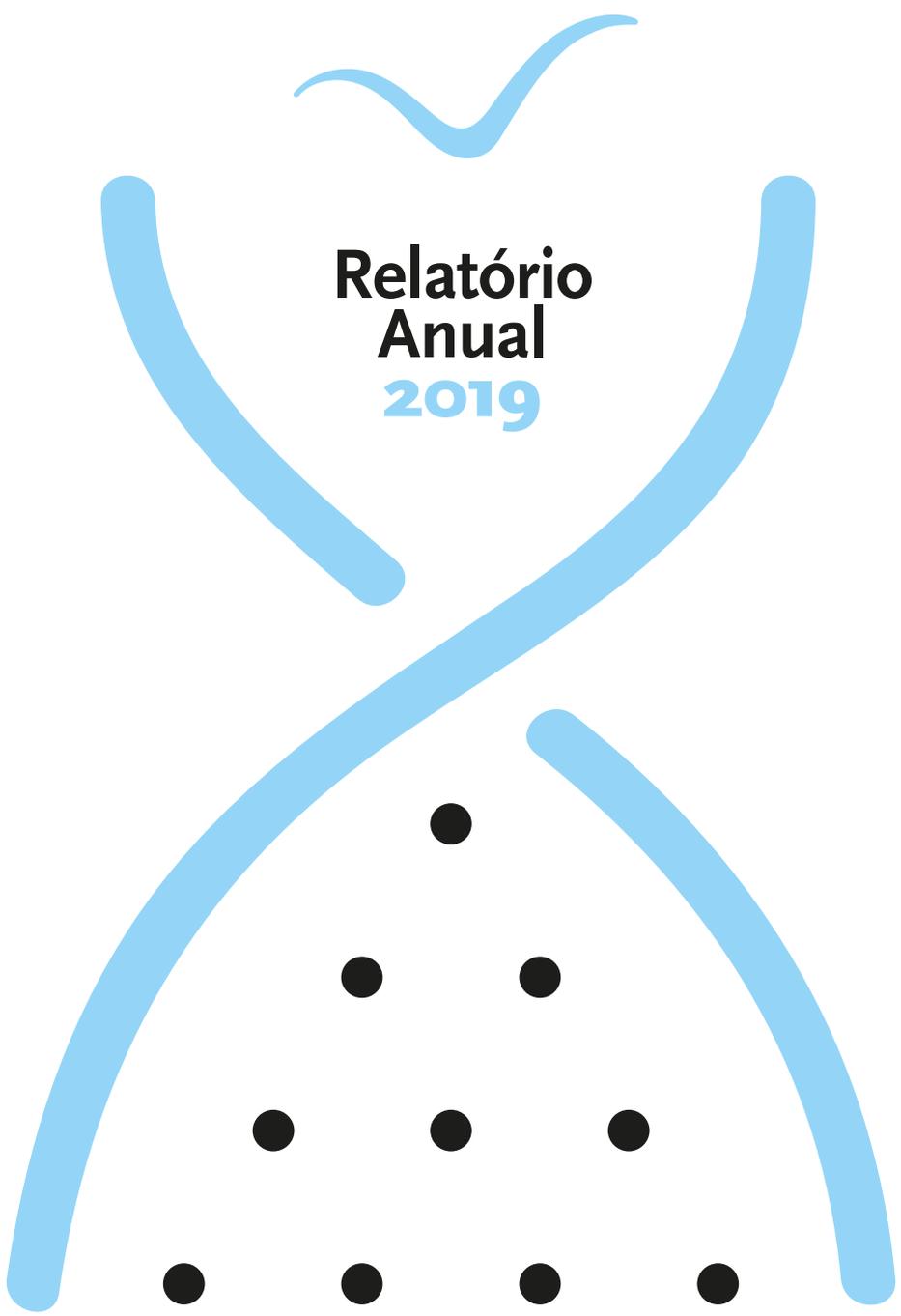
Título Relatório Anual 2019

Revisão de texto Rita Matos

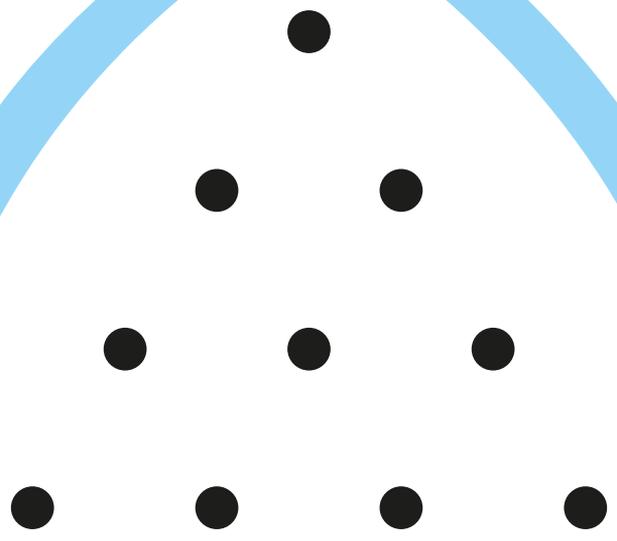
Design e paginação Guidesign

Impressão Guide Artes Gráficas, Lda.

© FFMS, Julho 2020



**Relatório
Anual
2019**





*“Uma lição de vida, de conduta.
É a única coisa que me interessa deixar.
O resto é um património que têm de cuidar,
para o qual outras pessoas contribuíram.
Meu, é aquilo que penso, aquilo de que gosto,
aquilo que defendo e que espero que topem.
E que tenham respeito pelas pessoas.”*

Alexandre Soares dos Santos

1934 – 2019

Alexandre Soares dos Santos,
em entrevista concedida a Anabela Mota Ribeiro,
publicada no jornal *Público*, em 2012.



Estudos



10

novos estudos



7.750

downloads



18

eventos
de divulgação

Publicações



10

novos Ensaios



8

novos Retratos



+13%

vendas *online*
(vs. 2018)

A Fundação em números

Pordata



3.665

utilizadores por dia



2 milhões

sessões
(+27% vs. 2018)



16.714

formandos na Academia
Pordata (+74% vs. 2018)

Eventos & Comunicação



4.268

notícias sobre
actividades da FFMS
(+48% do vs. 2018)



64

eventos organizados
em sala (e em *streaming*)



10.400

pessoas em sala

Digital



3,4 milhões

visitas aos sites



15,2 milhões

páginas visualizadas
(+9% vs. 2018)



230.000

seguidores nas redes sociais
(+13% vs. 2018)

2019

Índice

Actividades

- Introdução 9
- Órgãos Sociais 10
- Informação Interna 12
- Participação no Centro Português de Fundações 13
- Estudos 13
- Ensaio, Retratos, Publicações 27
- Gestão Operacional 29
- Área Digital 33
- Pordata 36
- A Fundação e os *Media* 40
- Marketing e Eventos 43
- Relatório Financeiro do Exercício de 2019 48
- Perspectivas para 2020 49



Contas

- Balanço 51
- Demonstração dos Resultados por Naturezas 52
- Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo) 53
- Anexo 54
- Certificação Legal das Contas 71
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 73



Anexos

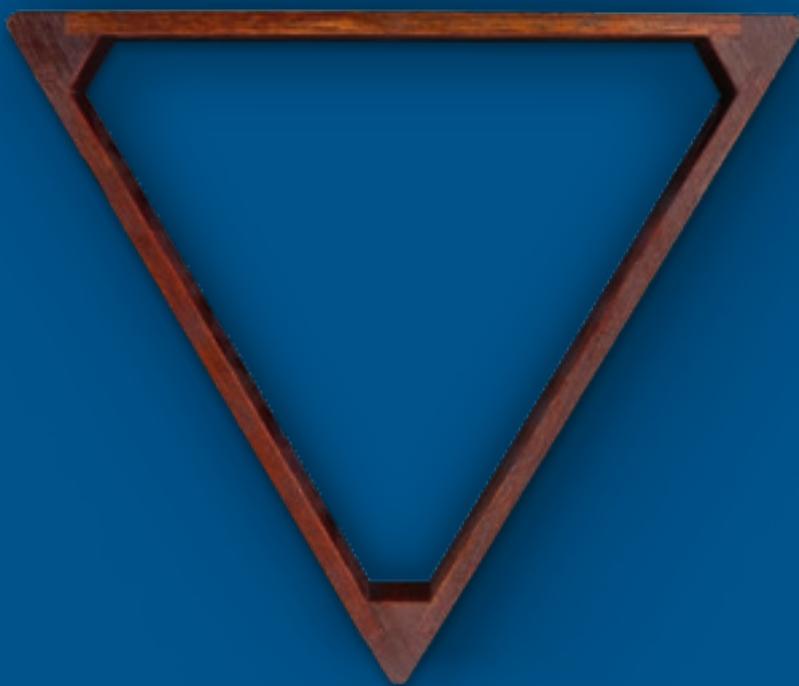
- Carta de Princípios 75
- Estatutos 76
- Declaração de Princípios e Código de Boas Práticas 83
- Declaração de Utilidade Pública de 2010 e Ratificação de 2013 93
- Despacho de Autorização de Alteração Estatutária 95
- Organograma da Fundação a 31/12/2019 97
- Procedimentos para a Avaliação de Actividades da Fundação 98
- Lista de *Sites* da Fundação 99
- Protocolos e Parcerias em Vigor a 31/12/2019 103
- Órgãos Sociais da Fundação a 31/12/2019 107
- Academia Pordata, Acções de Formação em 2019 108
- Vendas Acumuladas dos Ensaios da Fundação, 2010-2019 109
- Vendas Acumuladas dos Retratos da Fundação, 2014-2019 112





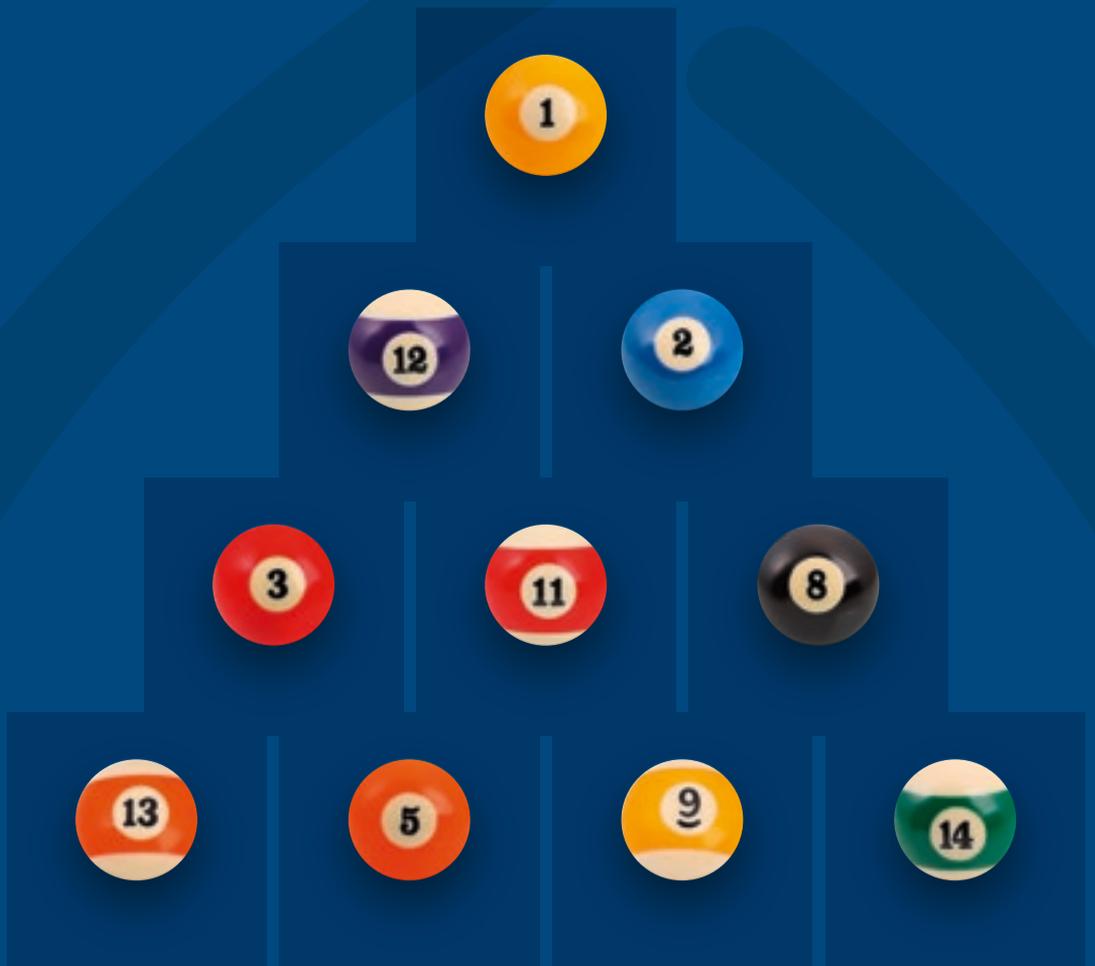
ANOS

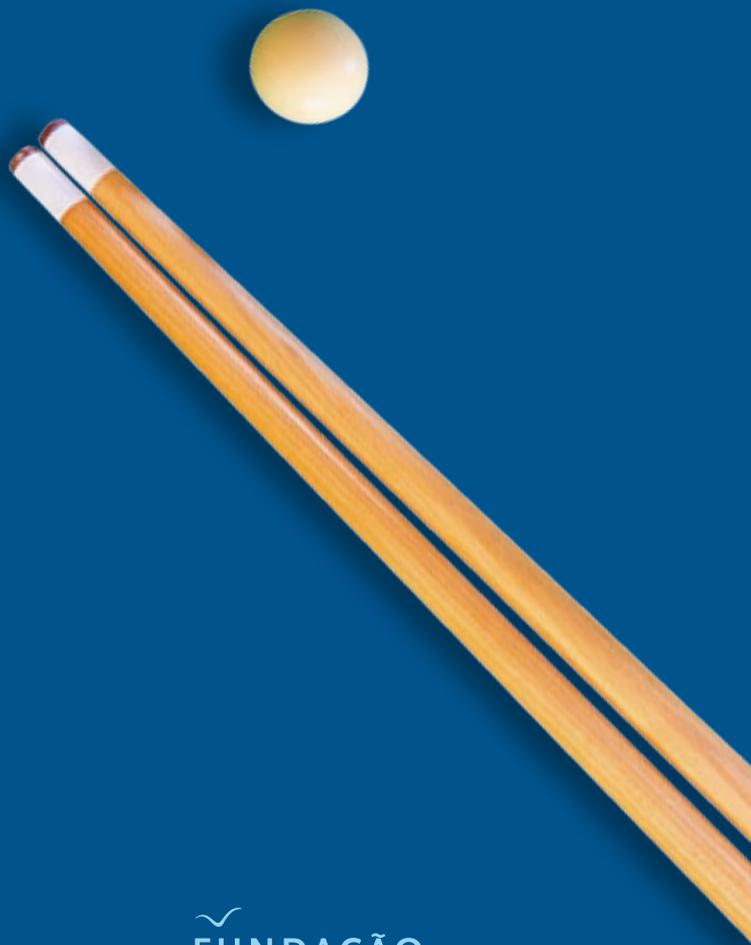
Ao encontro
dos portugueses





Actividades





Introdução

A Fundação Francisco Manuel dos Santos prosseguiu, ao longo do ano de 2019, com os objectivos que presidiram à sua criação, dez anos antes, dotando a sociedade portuguesa de um instrumento de reflexão independente sobre as suas instituições, a sua economia e os seus desafios internos e externos.

Honrando os desígnios do seu Fundador, Alexandre Soares dos Santos, falecido a 16 de Agosto, a Fundação soube pôr em prática e com determinação critérios exigentes de independência, pluralismo e rigor científico, sem os quais a sua missão não poderá concretizar-se.

Ao longo do ano, aprofundou-se o ritmo de adjudicação e divulgação de estudos, ensaios e retratos, bem como a cooperação diversificada com universidades e instituições científicas, investigadores e intelectuais, de forma a garantir um trabalho com elevado nível de qualidade naquilo que é o cerne da missão estatutária da Fundação: o estudo da realidade portuguesa.

Do mesmo modo, as plataformas digitais foram aperfeiçoadas, com especial atenção à Pordata e às parcerias com órgãos de comunicação social, por forma a alcançar a disseminação de informação requerida para a promoção de debates de qualidade entre cidadãos motivados.

Parte de indubitável relevo foram os Encontros com que, ao longo do ano, a Fundação Francisco Manuel dos Santos celebrou o seu décimo aniversário, passando em revista temas tão relevantes como a sustentabilidade da segurança social, a mulher, a ética e política, ou o futuro do planeta.



O programa *Fronteiras XXI*, em parceria com a RTP, constitui uma forma apropriada de levar ao grande público a discussão de temas de particular relevância e actualidade, bem como a promoção de uma Escola de Verão destinada a jovens pré-universitários interessados em acompanhar os temas abordados pela pesquisa levada a cabo no âmbito da Fundação.

No ano de 2019, a situação financeira da Fundação continuou a pautar-se por estritos objectivos de rigor e transparência, conforme se pode constatar no capítulo deste relatório especialmente dedicado a essa temática, bem como nos relatórios dos auditores que o acompanham.

Ao completar dez anos de actividade ao serviço de Portugal, a Fundação Francisco Manuel dos Santos está consciente de que o seu contributo tem sido e continuará a ser um importante factor para o reforço do estudo e da ciência, da análise e da crítica, tão necessário para um correcto conhecimento do nosso país por parte de cidadãos livres e que queiram fazer com independência, pluralismo e sentido de responsabilidade. “Ser livre, ter opinião”, eis um lema que continua bem vivo na FFMS!

Órgãos Sociais

 ano de 2019 foi marcado pelo falecimento do Fundador, Alexandre Soares dos Santos.

O nosso Fundador, Alexandre Soares dos Santos, faleceu no dia 16 de Agosto.

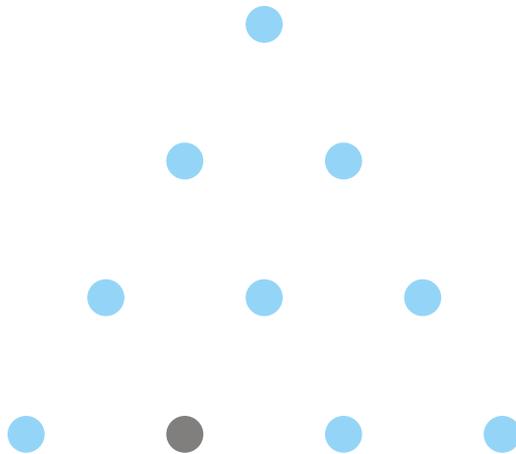
A Fundação manifestou de imediato o seu profundo pesar por esta perda, transmitindo à Família enlutada as mais sentidas condolências dos seus órgãos sociais e dos seus colaboradores.

O legado de Alexandre Soares dos Santos, o seu espírito visionário, o seu amor a Portugal e aos Portugueses, em especial aos mais jovens, são parte do património da Fundação Francisco Manuel dos Santos, que esta tudo fará para preservar e cultivar.

Honrar os princípios e os valores em que Alexandre Soares dos Santos sempre acreditou é a melhor forma de homenagearmos a sua memória, a memória de um empresário de excepção, de um cidadão inconformado com os destinos seu País, de um homem de carácter que amava os seus semelhantes e, acima de tudo, que amava a vida e o que ela justamente lhe ofereceu.



HONRAR OS PRINCÍPIOS E OS
VALORES EM QUE ALEXANDRE
SOARES DOS SANTOS
SEMPRE ACREDITOU
É A MELHOR FORMA
DE HOMENAGE-
ARMOS A SUA
MEMÓRIA



No final de 2019, os órgãos sociais da Fundação eram compostos pelos seguintes membros:

Conselho de Curadores

José Soares dos Santos, Alda Carvalho, Eduardo Marçal Grilo, Luís Amado, D. Manuel Clemente, Nuno Garoupa.

O primeiro Presidente do Conselho de Curadores, Alexandre Soares dos Santos, faleceu a 16 de Agosto. Aguarda-se a formalização, pela Fundadora, do seu substituto.

Conselho de Administração

Jaime Gama (Presidente), António Lobo Xavier, António Araújo, David Lopes, Gonçalo Saraiva Matias, Inês Soares dos Santos Canas, Fátima Barros, Maria Manuel Mota, Nuno Crato.

Conselho Fiscal

Henrique Soares dos Santos (Presidente), Paula Prado, EY.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva, constituída por membros do Conselho de Administração, e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, Jaime Gama, é responsável pela gestão corrente da Fundação. Integra ainda os administradores David Lopes (Director-Geral),

António Araújo (Director de Publicações) e Gonçalo Matias (Director de Estudos).

Durante o ano de 2019, a Comissão Executiva realizou 41 reuniões, cujas actas foram devidamente remetidas para os membros do Conselho de Curadores e Conselho de Administração.

As relações com a Família Fundadora desenrolaram-se da melhor forma em 2019, como tem sido prática desde a criação da FFMS.

O Conselho de Administração reconhece e sublinha a acção desenvolvida pelo Conselho de Curadores e pelo Conselho Fiscal ao longo do ano de 2019 na consolidação da actividade da Fundação.

Informação Interna

Durante o ano de 2019, a Comissão Executiva do Conselho de Administração continuou a informar de forma regular e circunstanciada os órgãos sociais sobre as actividades da Fundação, nomeadamente através do envio periódico das actas das suas reuniões. Para melhor disseminar a informação relativa às actividades organizadas, a *newsletter* da Fundação continuou a ser publicada com regularidade mensal.

O agendamento de eventos públicos da Fundação foi sendo coordenado com os órgãos sociais durante o ano. Novas propostas de projectos ou actividades foram sendo discutidas com os membros dos corpos sociais, em reuniões informais. Continuaram igualmente as reuniões periódicas, de natureza executiva, entre os responsáveis dos órgãos sociais para assegurar total consonância de agendas e de objectivos.

Participação no Centro Português de Fundações

No ano de 2019, a Fundação Francisco Manuel dos Santos manteve, através do administrador António Araújo, participação activa na Direcção do Centro Português de Fundações, no âmbito do qual foram levadas a cabo, no plano nacional e internacional, diversas acções de defesa e promoção do sector fundacional português.

Prosseguiram ainda os esforços tendentes a uma eventual revisão da Lei-Quadro das Fundações e, bem assim, dos Estatutos do Centro Português de Fundações, sendo também lançadas as bases para a realização de um estudo sobre o sector fundacional português,

coordenado pela Professora Raquel Campos Franco (Universidade Católica/Porto), fruto de uma parceria entre o CPF e a Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Estudos

A coordenação científica da Fundação foi assegurada pelo administrador e membro da Comissão Executiva, Gonçalo Matias, que contou com o apoio de três consultores: Carlos Jalali, para a área de Instituições, Fernando Alexandre, para a área de Economia e Luísa Lima, para a área de Sociedade.

O ano de 2019 foi de consolidação para o programa de estudos, tendo-se registado a recepção, análise, recusa e adjudicação de um número muito elevado de propostas de estudos. A Fundação recebeu mais de 50 propostas de um conjunto muito alargado de universidades e centros de investigação, de todo o território nacional, e de algumas das mais prestigiadas universidades do estrangeiro, assim cumprindo o objectivo de aumentar a exposição internacional e a internacionalização das actividades da Fundação.

Foram adjudicados nove estudos, divididos da seguinte forma: quatro da área da Sociedade, três da área de



As mulheres em Portugal sentem-se realizadas ou frustradas? O que pesa mais na sua felicidade? O que as deixa mais infelizes? E o que é urgente conseguir mudar nos próximos anos? As mulheres não são todas iguais.



A MULHER, HOJE

12 de Fev. 2019

LISBOA | AULA MAGNA



JOSÉ ALBERTO CARVALHO



ANÁLIA TORRES



ANA NUNES DE ALMEIDA



LAURA SAGNIER

Economia, e duas da área de Instituições. Abaixo, nas secções correspondentes, apresentam-se os títulos dos projectos já contratualizados, por cada uma das áreas, acompanhados dos nomes dos respectivos coordenadores, bem como das instituições proponentes.

Importa sublinhar que, em cumprimento das determinações dos órgãos sociais da Fundação, a equipa de estudos tem vindo a reduzir o número de estudos adjudicados, garantindo o maior impacto e montante de financiamento de cada estudo individualmente considerado. Isto permite aumentar a visibilidade dos estudos e, conseqüentemente, da Fundação.

De entre os novos projectos, é interessante ressaltar, pelo seu carácter inovador, o projecto sobre “datação dos ciclos económicos”, coordenado por Ricardo Reis, que reúne diversos especialistas nacionais, e permite esboçar, pela primeira vez em Portugal, uma visão global sobre os ciclos económicos, não apenas para o passado, mas também o seu acompanhamento futuro, em permanência. Trata-se de um contributo muito relevante da Fundação para o rigor do debate público sobre o comportamento da economia portuguesa.

O sucesso do método de selecção permitiu cobrir largamente os temas que tinham sido seleccionados para o actual programa de estudos, e a equipa de

estudos e os consultores irão identificar os temas em falta até à conclusão do programa. Simultaneamente, a equipa de estudos encontra-se já a preparar o triénio seguinte, procurando formular as sugestões que serão depois aprovadas pelos órgãos sociais competentes.

Outro objectivo que conheceu desenvolvimentos já no final do ano de 2019 é o de aumentar os projectos com co-financiamento de outras instituições. É o caso do estudo sobre o impacto da tecnologia nas economias do Sul da Europa, financiado pela Google, e que será levado a cabo por mais três reputadas instituições internacionais: o Esade, em Espanha; I-Com, em Itália; e IOBE, na Grécia. É também o caso do estudo sobre o impacto das fundações na economia e sociedade portuguesas, co-financiado pelo Centro Português de Fundações. Por último, a FFMS estabeleceu uma parceria para desenvolver, com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, uma exposição sobre o tema das migrações.

Em 2019, a Fundação organizou uma Escola de Verão, tendo contado com um grupo de jovens muito qualificados e motivados. O objectivo da iniciativa é chegar a novos públicos, atraindo os mais jovens para as actividades da Fundação. Adicionalmente, esta é uma oportunidade para os mais jovens debaterem alguns temas da actualidade com oradores de renome. A Escola de Verão

permite ainda criar uma comunidade de *alumni*, de jovens que acompanharão a Fundação e participarão nas suas actividades, alargando essa comunidade no futuro.

A edição de 2019 da Escola de Verão contou com a participação de 24 alunos, provenientes de todas as regiões do país, seleccionados a partir de um total de 66 candidatos. A iniciativa durou cinco dias e contou, entre outras, com intervenções de especialistas como Arlindo Oliveira (IST), Vasco Malta (Alto Comissariado para as Migrações) e Luísa Schmidt (ICS-ULisboa), e com actividades lúdicas variadas, tais como uma visita ao Oceanário de Lisboa, um *workshop* de robótica no Pavilhão do Conhecimento, ou uma aula de canoagem no Tejo.

Em suma, o ano de 2019 foi de consolidação da área de estudos, e de lançamento dos projectos futuros. Permitiu ter uma base sólida de concretização e execução do programa científico em vigor, e preparar com qualidade e impacto o novo programa que se avizinha, sempre em estrito cumprimento das determinações dos órgãos sociais, assegurando a actualidade dos temas e o impacto das iniciativas, e garantindo a independência dos investigadores e oradores.

ÁREA DE ECONOMIA

CONSULTOR: Fernando Alexandre
(Universidade do Minho)

I. Estudos publicados em 2019

Em 2019 não foram publicados estudos da área da economia. Ainda assim, importa realçar que, em 2018, foram publicados três estudos desta área e que o mesmo acontecerá ao longo de 2020.

II. Estudos em curso

1. Datação dos Ciclos da Economia Portuguesa

COORDENAÇÃO: Ricardo Reis
(London School of Economics)
DATA DE APRESENTAÇÃO PÚBLICA:
16 de Abril de 2020

Este projecto visa criar uma datação de referência dos ciclos económicos em Portugal, com base numa metodologia validada por um comité de peritos, que inclui alguns dos melhores académicos de várias universidades portuguesas, das áreas da macroeconomia, da política monetária, da história económica, do mercado de trabalho e da economia política. Este projecto dará origem a uma obra digital, onde se disponibilizarão as datações dos ciclos económicos da economia portuguesa, bem como os dados que lhes dão suporte, desde 1980 até ao presente, além de breves notas explicativas sobre a datação e seus critérios. À medida que os ciclos



económicos se sucederem, serão acrescentados novos dados e pareceres.

2. GDP-linked Bonds in the Portuguese Economy

COORDENAÇÃO: Gonçalo Pina
(ESCP Europe – Berlim)

DATA DE APRESENTAÇÃO PÚBLICA:
Maio de 2020

Este estudo tem como objectivo avaliar, através de exercícios contrafactuais, as implicações para a economia portuguesa do recurso à emissão de dívida pública indexada à evolução do Produto Interno Bruto (PIB). Este tipo de instrumento, ainda pouco comum, permite menores pagamentos de dívida nos períodos de recessão e maiores pagamentos nos períodos de expansão. Espera-se que os resultados deste estudo possam vir a ser relevantes para a definição de medidas de reforço da estabilidade na Zona Euro.

3. Desafios do Comércio Internacional em Portugal

COORDENAÇÃO: João Amador (Banco de Portugal; Nova School of Business & Economics, Universidade Nova de Lisboa)

DATA DE APRESENTAÇÃO PÚBLICA:
Outono de 2020

Em que sectores operam as empresas exportadoras portuguesas? Quanto facturaram? E quais as principais dificuldades que enfrentam? Este estudo tem três objectivos principais: fazer uma caracterização das exportações de serviços

(com a excepção da área do turismo); identificar as barreiras às exportações portuguesas; e descrever as participações de capital das empresas exportadoras. Com esta publicação, a Fundação pretende recolher dados empíricos sobre o comércio internacional e fomentar uma reflexão construtiva sobre o papel das empresas exportadoras no crescimento da economia portuguesa.

4. Financial Constraints, Investment and Firm Dynamics: Lessons from the Portuguese Great Recession and its Aftermath

COORDENAÇÃO: Carlos Carreira (Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra)

DATA DE APRESENTAÇÃO PÚBLICA: Primavera de 2021

Este estudo visa analisar o endividamento das empresas, assim como as restrições que este representa para a sua capacidade de investimento e condições de financiamento, em particular via sector bancário. Pretende-se, por um lado, compreender os desequilíbrios que estiveram na origem da prolongada e grave crise da economia portuguesa e, por outro lado, compreender a origem das fragilidades do sector bancário e o seu papel na recente crise económica e financeira.

5. Certificação (rating) de PMEs, Financiamento e Relação com os Bancos

COORDENAÇÃO: Clara Raposo (ISEG, Universidade de Lisboa)

DATA DE APRESENTAÇÃO PÚBLICA: Primavera de 2022

Este estudo tem como principal propósito avaliar um programa de certificação de risco de crédito de Pequenas e Médias Empresas (PMEs) no que respeita ao acesso a financiamento, investimento e desempenho, bem como às externalidades geradas para as empresas que mantêm relações com as empresas certificadas. Serão também avaliados os incentivos para os bancos que participam naquele processo.

III. Estudos adjudicados

Em 2019 foram adjudicados três estudos na área de Economia, a saber:

1. “Eficiência e produtividade do sistema de transportes português”; coordenado por Carlos Oliveira Cruz (Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa);
2. “Restrições de liquidez e empreendedorismo em Portugal”; coordenado por Miguel Ferreira (Nova School of Business & Economics, Universidade Nova de Lisboa);
3. “O mercado imobiliário em Portugal”; coordenado por Paulo Rodrigues (Banco de Portugal e Nova School of Business & Economics, Universidade Nova de Lisboa).

ÁREA DE INSTITUIÇÕES

CONSULTOR: Carlos Jalali (Universidade de Aveiro)

I. Estudos publicados em 2019

Ao longo deste ano foram apresentados três estudos da área de Instituições.

A saber:



1. Instituições e Qualidade da Democracia: cultura política na Europa do Sul

COORDENAÇÃO: Tiago Fernandes (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa)

APRESENTAÇÃO PÚBLICA: Inserida no Encontro da Fundação “Ética, valores e política”, que teve lugar no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, no dia 12 de Fevereiro de 2019.

Este estudo resulta do projecto internacional “V-Dem: Variedades da democracia”, que a Fundação financiou com o propósito de recolher indicadores sobre o desempenho da democracia portuguesa em comparação com os restantes países da Europa do Sul: Espanha, França, Grécia, Itália, Andorra, Chipre e Malta. O V-Dem constitui uma forma inovadora de conceptualizar e medir a democracia, tendo gerado a maior e mais

completa base de dados sobre a democracia a nível mundial.

Neste estudo são analisadas quatro dimensões da cultura política: a confiança em instituições políticas nacionais, como o parlamento, o governo ou os partidos políticos; a satisfação com a democracia e o interesse pela política; a confiança nos *media*; e a confiança e satisfação com a União Europeia. O contributo principal desta publicação é apurar os factores que mais contribuem para preservar e estimular a confiança dos cidadãos nas instituições nacionais e internacionais que os governam.



2. A Crise nos Tribunais: uma análise ao processo decisório em contexto de crise económico-financeira

COORDENAÇÃO: Teresa Violante (FAU, Nuremberga) e Patrícia André (CEDIS, Universidade Nova de Lisboa)

APRESENTAÇÃO PÚBLICA: Inserida na conferência “Direito e crise financeira”, que teve lugar no pequeno auditório da Culturgest, em Lisboa, no dia 10 de Dezembro de 2019.

Este estudo analisa mais de 500 decisões proferidas pelos tribunais superiores

portugueses. Descreve a forma como a crise económica e financeira entrou e influenciou o discurso judicial em Portugal. Esta publicação propõe, assim, um retrato detalhado e fundamentado do impacto da crise no discurso dos tribunais e de como as decisões judiciais evoluíram perante este fenómeno transformador da nossa vida colectiva.

3. Constitutions in Times of Financial Crisis

COORDENAÇÃO: Tom Ginsburg (Universidade de Chicago) e Georg Vanberg (Universidade Duke)

APRESENTAÇÃO PÚBLICA: Inserida na conferência “Direito e crise financeira”, que teve lugar no pequeno auditório da Culturgest, em Lisboa, no dia 10 de Dezembro de 2019.

Este livro foi editado pela Cambridge University Press e produzido com o apoio da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Durante a crise financeira de 2007-2008, a pior crise financeira desde a Grande Depressão dos anos 1930, as constituições de vários estados soberanos foram postas à prova. Em vários países europeus chegou a questionar-se a capacidade de os governos continuarem a financiar os direitos sociais prescritos nas respectivas constituições.

Será que as constituições devem preservar o equilíbrio das contas públicas? Qual o papel dos tribunais em tempos de tensão entre os direitos dos cidadãos e os constrangimentos financeiros?

E será que as instituições tiveram abordagens divergentes em diferentes partes

do mundo? Esta obra procura responder a estas e outras perguntas.

II. Estudos em curso

1. O Jardim Secreto da Política Portuguesa: selecção de candidatos à Assembleia da República (1975-2019)

COORDENAÇÃO: Jorge Fernandes (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa)

DATA DE APRESENTAÇÃO PÚBLICA: Primavera de 2021

Este projecto pretende responder à seguinte pergunta de investigação: quem foram os candidatos à Assembleia da República (entre 1975 e 2019) e quais as suas características sociodemográficas? O principal contributo deste projecto passa por recolher e analisar informação sobre todos os candidatos à Assembleia da República desde as primeiras eleições livres, independentemente do partido e do círculo pelos quais se candidataram. Entre outros aspectos, este estudo permitirá perceber se existem diferenças significativas entre os partidos que obtêm mandatos e aqueles que não elegem deputados e ainda que alterações foram introduzidas no processo de recrutamento de candidatos ao longo de 45 anos.

2. O Estado-regulador em Portugal: evolução e desempenho

COORDENAÇÃO: ANA LOURENÇO
(CATÓLICA PORTO BUSINESS SCHOOL,
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA)

DATA DE APRESENTAÇÃO PÚBLICA:
PRIMAVERA DE 2021

Este estudo procura enriquecer o debate público sobre a regulação em Portugal, analisando de que modo o desempenho dos reguladores sofreu alterações com a publicação da Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, de 2013. Um dos seus principais contributos passa por recolher elementos quantitativos e metodológicos sobre o trabalho desempenhado por diversas entidades reguladoras desde o início do século XXI.

III. Estudos adjudicados

Em 2019 foram adjudicados dois estudos na área de Instituições, a saber:

1. “Ética e integridade na política”; coordenado por Luís de Sousa (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa);
2. “Grupos de interesse no sistema político Português”; coordenado por Marco Lisi (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa).



**Como vão ser as pensões no futuro?
Serão as receitas da segurança social suficientes
para pagar a sua pensão? Como garantir a sua
sustentabilidade financeira e social? Que evolução
se antevê nos restantes países europeus?**



SEGURANÇA SOCIAL

12 de Abril 2019

LISBOA | TEATRO NACIONAL D. MARIA II



EMMA DUNCAN



ELSA FORNERO



SUSANA PERALTA



ANTÓNIO COSTA

ÁREA DE SOCIEDADE

CONSULTORA: Luísa Lima
(ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

I. Estudos publicados em 2019



1. As mulheres em Portugal, hoje: quem são, o que pensam, e o que sentem

COORDENAÇÃO: Laura Sagnier e Alex Morell (PRM – Market Intelligence)

APRESENTAÇÃO PÚBLICA: Inserida no Encontro da Fundação “A mulher, hoje”, que teve lugar na Aula Magna, em Lisboa, no dia 12 de Fevereiro de 2019.

Este estudo procura aprofundar o conhecimento sobre a realidade das mulheres em Portugal. Com esse propósito, recorreu-se à aplicação de um inquérito junto de mais de 2000 mulheres de todo país, com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos. Este inquérito foi bastante inovador, quer no que diz respeito à diversidade dos dados recolhidos, quer no que respeita à abrangência dos temas explorados. Com base no referido inquérito, analisaram-se várias dimensões da vida das mulheres, tais como: o emprego, o trabalho não pago, a situação

económica, a relação com a pessoa parceira e com os filhos, a violência doméstica e de género, o assédio no trabalho, os objectivos de vida, a felicidade, e as dificuldades sentidas.



2. Sustentabilidade Financeira e Social do Sistema de Pensões Português

COORDENAÇÃO: Amílcar Moreira (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa)

APRESENTAÇÃO PÚBLICA: Inserida no Encontro da Fundação “Segurança Social”, que teve lugar no Teatro Nacional D. Maria II, em Lisboa, no dia 12 de Abril de 2019.

Como funciona o sistema de pensões em Portugal? Até quando será o nosso sistema de pensões financeiramente sustentável? Conseguiremos garantir segurança e bem-estar aos pensionistas? Neste estudo, aplicou-se um modelo de microssimulação dinâmica nunca antes utilizado em Portugal, baseado em dados individuais de uma amostra representativa da sociedade portuguesa. Foi assim possível fazer uma análise inédita dos efeitos redistributivos da política de pensões.

O objectivo principal deste projecto foi encontrar a melhor forma de assegurar a sustentabilidade financeira e a sustentabilidade social do sistema de pensões português, isto é, compreender que caminhos existem para garantir a saúde financeira do sistema e, simultaneamente, proporcionar um nível de vida adequado aos pensionistas.



3. A Evolução da Ciência em Portugal (1987-2016)

COORDENAÇÃO: Nuno Ferrand (CIBIO, Universidade do Porto)

APRESENTAÇÃO PÚBLICA: Inserida na conferência “A atitude científica: o que é ciência e o que não é?”, que teve lugar no Departamento de Ambiente e Ordenamento do Território da Universidade de Aveiro, no dia 7 de Novembro de 2019, no âmbito do Mês da Ciência e da Educação.

Com este estudo, a Fundação Francisco Manuel dos Santos não pretende tecer considerações sobre a política científica em Portugal. O seu objectivo primordial é informar os cidadãos acerca dos resultados e do percurso da ciência produzida no nosso país nas últimas três décadas. Com isso em mente, a equipa de investigação analisou um conjunto objectivo de

indicadores, tais como o número de publicações científicas, os recursos humanos dedicados à investigação, o número de patentes requeridas, o volume de doutorados e a despesa nacional em investigação científica, entre tantos outros. O estudo procede a uma análise geográfica, sectorial e temporal da ciência produzida em Portugal, estabelecendo comparações com seis países de referência. Entre outras coisas, permite perceber quais as instituições que mais frutos têm dado e quais as áreas científicas que se têm revelado mais produtivas.

Este estudo inclui uma secção especialmente dedicada à investigação científica sobre o mar, em Portugal e noutros países costeiros com características semelhantes, financiada pela Fundação Oceano Azul.



4. Identidades Religiosas na Área Metropolitana de Lisboa

COORDENAÇÃO: Alfredo Teixeira (Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa)

APRESENTAÇÃO PÚBLICA: Teve lugar na Sala do Arquivo dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Lisboa, no dia 2 de Julho de 2019.

A Área Metropolitana de Lisboa é um autêntico laboratório da diversidade religiosa no nosso país. Para dar alguns exemplos, nela residem mais de metade dos não crentes, mais de 60% dos protestantes, mais de 40% dos crentes sem religião e mais de 60% dos indivíduos pertencentes a outras religiões. Este estudo procura compreender melhor a ligação entre a diversidade religiosa e as dinâmicas sociais que lhe estão associadas: os hábitos, as atitudes, os valores, os estilos de vida e as vulnerabilidades.

II. Estudos em curso

1. Trajectos e Quotidianos de Pobreza em Portugal

COORDENAÇÃO: Fernando Diogo (Faculdade de Economia, Universidade dos Açores)

APRESENTAÇÃO PÚBLICA: Outono de 2019

Este estudo pretende responder a duas questões essenciais: quem são os pobres em Portugal? E como vivem? Com o objectivo de traçar os diferentes perfis de pobreza em Portugal, serão realizadas cerca de 90 entrevistas biográficas que permitirão conhecer as trajectórias sociais dos cidadãos portugueses em risco de pobreza: saber como se tornaram pobres e, sempre que aplicável, como conseguiram fugir à pobreza, mesmo que apenas momentaneamente.

Não existem muitos estudos sobre a pobreza em Portugal e boa parte deles baseia-se exclusivamente em estatísticas

oficiais, o que limita muito o seu alcance. A verdade é que a investigação produzida até hoje não permite conhecer as dificuldades sentidas no dia-a-dia pelas pessoas em situação de pobreza. A extensa componente qualitativa e a abrangência nacional justificam a pertinência e o carácter inovador deste estudo.

III. Estudos adjudicados

Em 2019, foram adjudicados quatro estudos na área de Sociedade, a saber:

1. “Como comemos o que comemos: retrato do consumo alimentar em Portugal”; coordenado por Ana Isabel Costa (Católica Lisbon School of Business & Economics; Universidade Católica Portuguesa);
2. “Idadismo e percepções de justiça no mercado de trabalho”; coordenado por David Patient (Católica Lisbon School of Business & Economics; Universidade Católica Portuguesa);
3. “Os jovens em Portugal, hoje”; coordenado por Laura Sagnier (PRM – Market Intelligence).

Ensaio, Retratos, Publicações

A área de publicações continuou a ser dirigida por António Araújo, administrador e membro da Comissão Executiva, que contou com o apoio de uma equipa da qual fazem parte Susana Norton e Duarte Vaz Pinto.

Após ter anunciado, em 2018, já ter colocado mais de um milhão de livros nas mãos dos Portugueses, entre vendas e ofertas a instituições nacionais de referência (escolas, bibliotecas, misericórdias, estabelecimentos prisionais), a Fundação prosseguiu o seu esforço de democratização do acesso ao conhecimento.

Das livrarias tradicionais, passando por super e hipermercados, até às bibliotecas, feiras do livro e espaços de venda online, a Fundação cumpriu o seu objectivo estatutário, quer através das edições em formato papel, quer através de e-books em formato electrónico: o conhecimento que a FFMS produz sobre a sociedade portuguesa está a chegar a quem mais importa – aos leitores de todo o país.

A democratização do acesso ao conhecimento, além de beneficiar de uma ampla cobertura de distribuição e colocação de obras no território nacional, é também fruto de uma estratégia de acesso ao livro assente numa política de preços módicos.

Os Ensaio e os Retratos, nos seus vários formatos, são disponibilizados com conteúdos e a valores pensados para um público alargado, cumprindo um desígnio central: o conhecimento pode e deve ser acessível a todos os Portugueses, sem excepção. Com vista a alcançar este objectivo, deu-se continuidade à Colecção de Ensaio e à Colecção de Retratos, com temas próximos dos interesses e anseios dos leitores, tais como a saúde, a inteligência artificial, a religião, os símbolos de Portugal, entre outros.

Na colecção Ensaio da Fundação foram publicados os seguintes títulos: *Prevenir Doenças e Conservar a Saúde*, de Francisco George; *A Energia em Portugal*, de Jorge Vasconcelos; *Inteligência Artificial*, de Arlindo Oliveira; *Eleições na União Europeia*, de Nuno Sampaio; *Administração Pública Portuguesa*, de António F. Tavares; *Religião em Portugal*, de Alfredo Teixeira; *A Europa Não É um País Estrangeiro*, de José Tavares; *Pode Portugal Ter uma Estratégia?*, de Bruno Cardoso Reis; *Criminalidade e Segurança*, de Manuela Ivone Cunha; *As Plantas e os Portugueses*, de Luís Mendonça de Carvalho; *Saúde Digital*, de José Mendes Ribeiro.

Por seu turno, a colecção Retratos da Fundação publicou os títulos *Cientistas Portugueses*, de David Marçal; *Arquive-se*, de Rita Almeida de Carvalho; *O Efeito Marcelo*, o *Comentário Político na*



ENSAIOS DE 2019



RETRATOS DE 2019



Televisão, de Rita Figueiras; *Quinas e Castelos*, *Sinais de Portugal*, de Miguel Metelo de Seixas; *O Macaco Bêbedo Foi à Ópera: Da Embriaguez à Civilização*, de Afonso Cruz; e *Vila Medieval*, de Marta Lalanda Prista.

Gestão Operacional

“**A**o Encontro dos Portugueses” foi o título escolhido pela Fundação para o ciclo de cinco conferências organizadas em 2019; e é também a expressão que resume a missão da sua equipa operacional: a missão de colocar nas mãos dos Portugueses os estudos, os livros e os dados que são produzidos e disponibilizados no âmbito do trabalho conjunto produzido pelos vários departamentos da Fundação.

No ano de comemoração do seu décimo aniversário, a Fundação quis marcar a efeméride com uma série de momentos relevantes de debate informado. Tendo cumprido esse compromisso, os resultados alcançados são motivo de orgulho:

- 2019 foi o ano com maior adesão do público a eventos da Fundação;
- 2019 foi o ano de maior tráfego digital e de interação nas redes sociais da Fundação;

- 2019 foi o ano em que foi publicado o maior número de notícias sobre iniciativas da Fundação;
- 2019 foi o ano que trouxe o melhor registo de notoriedade entre as fundações portuguesas. A FFMS é hoje a terceira fundação do país em termos de reconhecimento espontâneo.

Estes resultados tiveram por trás os princípios que são também o denominador comum na forma como a Fundação se organiza e se articula com todos os parceiros e instituições:

- a) Rigor e qualidade dos conteúdos produzidos e disponibilizados;
- b) Compromisso na divulgação e disseminação universal e gratuita de todos os conteúdos desenvolvidos;
- c) Disponibilização em multiplataforma dos conteúdos produzidos, com especial ênfase nos canais digitais e junto dos órgãos de comunicação social.

A equipa operacional da Fundação continuou, em 2019, a ser dirigida pelo administrador, membro da Comissão Executiva e Director-geral, David Lopes, que prossegue a execução da gestão corrente traçada pela Comissão Executiva, tendo em conta o papel dos seus outros membros na coordenação das áreas específicas de Estudos e Publicações, bem como a inserção específica do director da Pordata.

Quem ainda não se questionou sobre a falta generalizada de ética ou sobre o valor da palavra, perante a força das notícias falsas?



STEVEN PINKER



MICHAEL SANDEL



MÓNICA BRITO VIEIRA

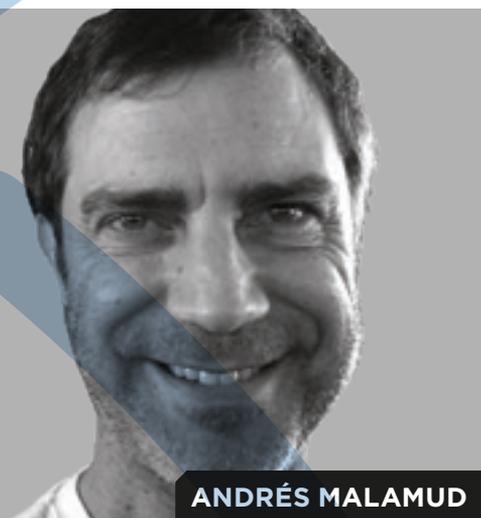


TIAGO FERNANDES

ÉTICA, VALORES E POLÍTICA

1 de Junho 2019

LISBOA | PAVILHÃO CARLOS LOPES



ANDRÉS MALAMUD



DAVID DINIS



GONÇALO SARAIVA MATIAS

A equipa operacional encontra-se organizada da seguinte forma:

- Estudos – João Tiago Gaspar (coordenador), Rita Rosado e Mónica Barreiros;
- Marketing e Eventos – Marta Lopes (coordenadora), Richard Freuis e Joana Batista;
- Digital e Redes Sociais – Joana Ferreira da Costa (coordenadora) e Rui Rocha;
- Comercial – Susana Norton (coordenadora) e Duarte Vaz Pinto (consultor externo);
- Audiovisual – Joana Ferreira da Costa (coordenadora editorial, *Fronteiras XXI*), Filipa Basílio, Joana Vicente Pinto e António Borga (consultor externo);
- Assessoria de Imprensa – Clara Valadas-Preto;
- Finanças – José Quinta;
- I.T e Sistemas – Rui Pimentel;
- Apoio Jurídico – Maria Ferreira (até Abril de 2019).

A Comissão Executiva é apoiada nas suas funções por Maria Boavida, na qualidade de assessora do Presidente do Conselho de Administração, e por Isabel Bernardes, na qualidade de assistente executiva da Administração.

A directora da Pordata foi substituída em 2019. Com a sua saída, foi nomeada para ocupar o cargo a Professora Catedrática Luísa Loura. O período de transição, de Março a Dezembro, foi assegurado por Luísa Barbosa, coadjuvada por uma

equipa composta por Mónica Santos, Inês Falcão, Joana Zózimo e Sofia Barão.

O projecto Pordata inclui uma equipa responsável pela formação externa e presencial, liderada por Constança Félix da Costa e composta por mais dois formadores, Mariana Vieira de Campos e Anabela Pernão.

Os colaboradores referidos neste capítulo constituem a totalidade da estrutura operacional e de gestão, responsável pela actividade diária da Fundação, que tem como missão implementar os planos de actividades plurianuais aprovados pelo Conselho de Curadores e pelo Conselho de Administração e cuja gestão corrente está a cargo da Comissão Executiva.

Às responsabilidades referidas, junta-se a comunicação interna que é, em ritmo mensal, preparada e distribuída a todos os órgãos sociais.

Para além dos princípios de organização e comunicação, está implementado internamente um sistema de objectivos pessoais, que são geridos e acompanhados pelos próprios colaboradores da Fundação, respeitando as melhores práticas corporativas. Conjugados, estes princípios têm permitido uma crescente capacidade de concretização, mas também uma grande transparência na forma como a Fundação se organiza e cumpre a sua missão.

Área Digital

Na área digital, o ano esteve centrado na divulgação de conteúdos, e na promoção e venda *online* de bilhetes para os cinco Encontros que assinalaram os dez anos da Fundação. O ano de 2019 foi igualmente marcado pelo lançamento de três novos *sites* e obras digitais da Fundação e pelo aumento do número de visitas aos portais, que atingiram quase 3,4 milhões, com mais de 15,2 milhões de páginas visualizadas (+9%).

A Pordata representou mais de metade do número de acessos, seguida do “Portal dos Direitos e Deveres do Cidadão” e do *site* institucional da Fundação. Em termos de crescimento, as maiores subidas em relação ao ano anterior foram registadas nos *sites* “Nascer em Portugal” (+83%), “Educação em Exame” (+66%) e “Pordata Kids” (+34%).

Em 2019 foram lançados dois novos *sites* e uma nova obra digital. *As mulheres em Portugal, Hoje*, lançada em Fevereiro, é uma obra digital baseada no estudo inédito com o mesmo nome sobre o que pensam e como se sentem as mulheres em relação ao emprego, ao trabalho doméstico, à situação económica, à relação com a pessoa parceira ou com os filhos.

O *site* “Sons da História”, divulgado em Março, foi desenvolvido em parceria com

a rádio TSF, e reúne os sons que fizeram as principais notícias no país e no mundo desde a década de 1980, permitindo criar um arquivo sonoro de fácil consulta.

Com o *site* “Sistema de Pensões”, lançado em Abril, a Fundação quis contribuir para um debate mais informado sobre um dos temas decisivos para o futuro do país. O *site*, que tem por base o estudo “A Sustentabilidade Financeira e Social do Sistema de Pensões”, mostra como evoluiu o sistema de pensões nacional, mas permite também analisar os impactos sociais e financeiros que sobre ele recairão no futuro, devido às alterações demográficas.

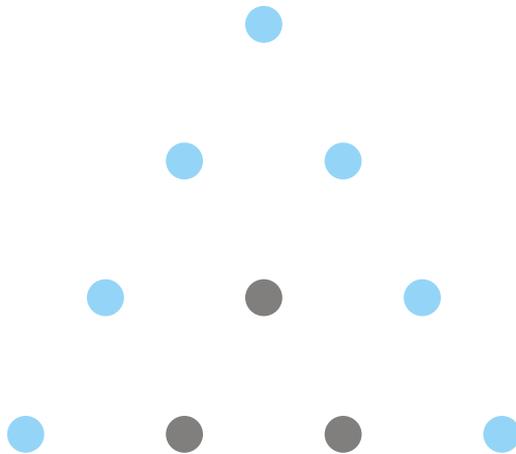
Foram igualmente feitas actualizações e desenvolvimentos importantes noutros quatro *sites* da Fundação. No *site* “Cronologias”, foram adicionados os principais acontecimentos em cinco grandes áreas nacionais e internacionais referentes aos anos de 2017 e 2018, o que significou cerca de mil novas entradas de acontecimentos, fotografias e vídeos.

O *site* “Portugal Desigual” ganhou uma nova *homepage* interactiva, com mapas que mostram, a nível regional, os impactos da pobreza, da exclusão social e da desigualdade económica. Manteve-se a lógica funcional de um *dashboard*, mas as informações mais recentes estão agora mais destacadas. Todos os novos mapas são acompanhados por textos explicativos





NO QUE RESPEITA ÀS REDES SOCIAIS,
A FUNDAÇÃO CHEGA AGORA A
230 MIL PESSOAS, O QUE
REPRESENTA UM AUMENTO
DE 13% NO NÚMERO
DE SEGUIDORES
EM RELAÇÃO AO
ANO ANTE-
RIOR



do seu autor, Carlos Farinha Rodrigues, responsável também pelos textos que acompanharam as actualizações de dados.

O *site* “Nascer em Portugal” foi actualizado com os últimos dados disponíveis sobre natalidade e fecundidade em Portugal e, finalmente, no *site* “Educação em Exame” foram introduzidos os resultados dos testes do PISA de 2018, divulgados em Dezembro. Foi também reformulado o mapa mundo que permite comparar os dados dos 79 países e economias que realizam estes testes.

Além disso, em 2019 foram introduzidas importantes inovações na área digital:

- passou a ser possível acompanhar nas redes sociais a transmissão em directo dos eventos da Fundação, que passou a fazer *streaming* no Facebook de todas as suas conferências e apresentações de livros;
- os vídeos das conferências e apresentações de novas publicações passaram também a estar disponíveis no FFMS Play, uma nova área dentro do *site* institucional da Fundação que se torna assim uma área nobre de arquivo de todo o conhecimento produzido, permitindo também novas formas de divulgação de conteúdos após os eventos, sobretudo no Facebook;
- foram desenvolvidas aplicações móveis (Apps) para os cinco Encontros da Fundação de 2019;

- no *site* da Fundação, o assistente virtual, Damião, foi melhorado, e permite agora fazer a pesquisa por voz, garantindo uma nova forma de exploração dos temas e a procura fácil de artigos da loja *online*.

No que respeita às redes sociais, a Fundação chega agora a 230 mil pessoas, o que representa um aumento de 13% no número de seguidores em relação ao ano anterior. Destaque para o Facebook que soma já 200 mil seguidores e para a entrada da Fundação na rede Instagram em 2019, onde angariou 4 700 seguidores.

Uma nova campanha de divulgação da *newsletter* semanal e uma janela *pop-up* no *site* institucional que facilita a sua subscrição permitiram um aumento de 46% de subscritores desse boletim informativo. Inverteu-se assim a tendência de 2018, em que o número de subscritores caíra drasticamente devido à entrada em vigor do novo Regulamento Geral da Protecção de Dados, que obrigou cada utilizador a renovar o consentimento de todas as suas subscrições.

Para além dos desenvolvimentos tecnológicos que permitiram à Fundação manter-se a par das tendências mais actuais, em 2019 a área digital dedicou-se particularmente à produção de conteúdos editoriais, combinando impacto visual e facilidade de leitura com o rigor e a

credibilidade por que se pautam todas as actividades da Fundação.

A lista completa de *sites* da Fundação pode ser consultada no Anexo VIII.

Pordata

A Pordata, projecto público desde 23 de Fevereiro de 2010, é uma referência na sociedade portuguesa enquanto base de dados estatísticos, servindo um amplo universo de utilizadores, como académicos, jornalistas, decisores políticos, professores, alunos ou empresários.

A direcção da Pordata passou a ser assegurada, em finais de 2019, por Luísa Loura, tendo até aí sido interinamente coordenada por Luísa Barbosa, na sequência da saída da antiga directora.

Desde a sua criação, o interesse e a notoriedade da Pordata têm vindo a aumentar, com os acessos ao *site* a registarem uma expressiva evolução positiva. Em 2019, o número de sessões ultrapassou os 2 milhões, numa taxa de crescimento superior a 27% relativamente a 2018. Com uma taxa de crescimento de 28%, em 2019 o número de utilizadores cifrou-se em 1 337 823, o que representa uma média de 3 665 por dia. Também nas redes sociais se verificou um aumento no número de seguidores,

de 39 mil para 44 mil no Facebook, e de 11 mil para 13,4 mil no Twitter. Ao longo do ano de 2019, a Pordata marcou presença assídua nos órgãos de comunicação social, com um número de notícias ou de referências superior a 1 100.

Para incentivar os cidadãos a aprofundarem o seu conhecimento da realidade portuguesa, e no espírito da missão da Fundação Francisco Manuel dos Santos, a Pordata tem vindo a desenvolver um número crescente de actividades destinadas à comunicação e divulgação da informação estatística que detém nas suas bases de dados.

1. O SITE DA PORDATA

Em 2019, manteve-se a permanente actualização das 2 899 tabelas estatísticas que constituem o acervo das três bases de dados (e respectivos quadros-resumo) que formam a Pordata: Portugal, Municípios e Europa, e Pordata Kids.

Foram também acrescentados novos conteúdos à base de dados: um novo tema dedicado à Agricultura e Pescas na Pordata Municípios, composto por 26 novos quadros, organizados em quatro grandes áreas: pescas; produção vegetal; contas económicas da agricultura; e salários.

Foi reforçado o tema Empresas, Pessoal e Produto na base de dados Municípios, tendo sido adicionados alguns indicadores especialmente relevantes ao nível local, tais como a concentração de pessoal ao serviço, de volume de negócios e de valor acrescentado bruto das quatro maiores empresas de cada município.

Na sequência da revisão das Contas Nacionais pelo INE, que ocorre habitualmente a cada 5 anos, a Pordata efectuou uma revisão geral de quase uma centena de indicadores relacionados com os temas Macroeconomia, Contas Públicas e Actividades Económicas.

Foram publicados três Retratos Pordata: Portugal, Portugal na Europa e Região Autónoma da Madeira, além de infografias e quadros-resumo sobre as eleições legislativas em Portugal.

Ao longo do ano, a equipa da Pordata respondeu a cerca de 500 pedidos de utilizadores e solicitou às entidades produtoras de informação cerca de 130 esclarecimentos.

2. ACADEMIA PORDATA

Em 2019, as acções de formação presencial em Pordata tiveram um total de 16 714 formandos, um aumento de 74% face a 2018. Em termos cumulativos, desde o início da Academia Pordata,

no ano de 2019 ultrapassou-se a barreira dos 100 mil formandos. Os cursos gratuitos de formação *online* em Pordata foram seguidos por 598 formandos.

3. EVENTOS

A Pordata participou na concepção do espectáculo *100% Lisboa*, apresentado no Auditório da Culturgest entre os dias 1 e 10 de Fevereiro. Ao longo de seis representações, 100 pessoas em palco representam um por cento da população de Lisboa e encontram-se estatisticamente divididas por categorias, como género, idade, nacionalidade, agregado familiar e área de residência. Este foi o espectáculo mais visto de sempre na Culturgest. A acompanhar o espectáculo, foi montada no foyer a exposição *100% Portugal Lisboa*, organizada em 10 módulos, e que, de forma envolvente e criativa, convertia, numa escala de 0 a 100, diversos temas relativos à sociedade portuguesa. Esta exposição foi visitada por mais de 3 mil pessoas na Culturgest e foi, posteriormente, recriada na Feira do Livro de Lisboa, onde contou com a visita de cerca de 9 mil pessoas.

A Pordata integrou também a terceira edição da iniciativa “Miúdos a Votos”, promovida pela revista *Visão Júnior* em parceria com a Rede de Bibliotecas Escolares. Trata-se de um concurso em



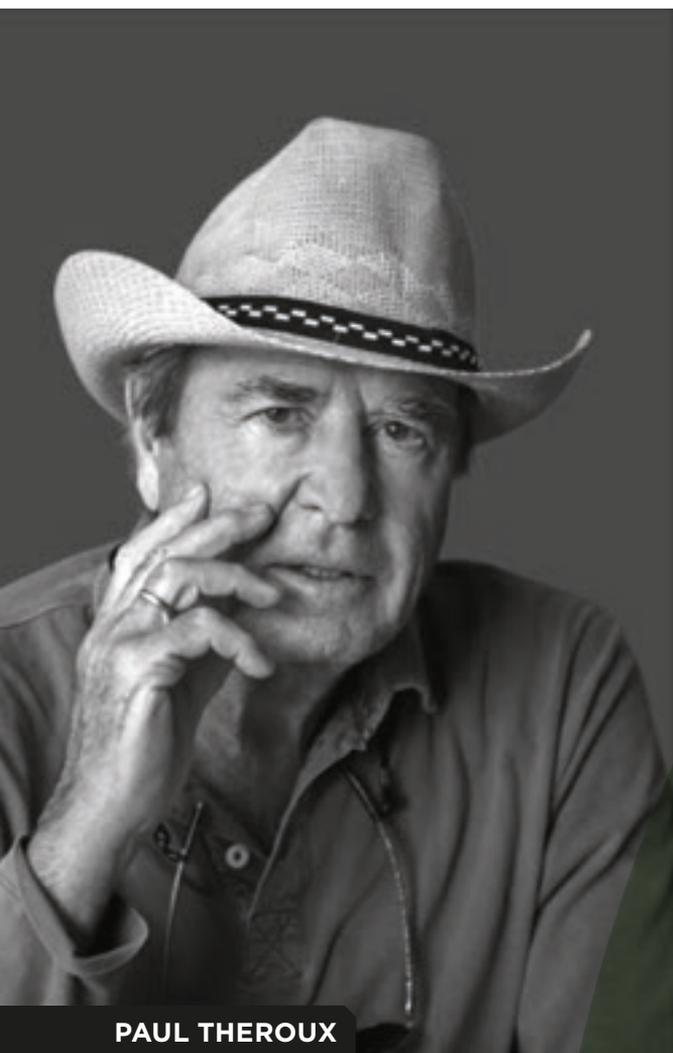


FUNDAÇÃO

FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Ao encontro dos portugueses

Num planeta cada vez mais ameaçado pela crise climática e a poluição, as soluções são urgentes. Como reduzir o aquecimento dos oceanos? Que novos refugiados traz a subida do nível do mar? As áreas marinhas protegidas serão uma garantia para a sobrevivência de espécies? A economia azul é a solução?



PAUL THEROUX



JOHN KERRY

O FUTURO DO PLANETA

14 e 15 de Set. 2019

LISBOA | TEATRO CAMÕES
E OCEANÁRIO DE LISBOA



CARL SAFINA



SYLVIA EARLE

que os alunos do 1.º ao 12.º ano de escolaridade escolhem os livros que mais gostaram de ler. Cerca de 700 escolas de todo o país participaram na fase de submissão de livros candidatos.

4. COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

A equipa da Pordata preparou vários *press releases* no âmbito do lançamento de novos temas e publicações – Agricultura e Pescas, Contas Nacionais e Retrato da Madeira; a propósito de dias nacionais e internacionais – dia do Trabalhador, dia da Segurança Social, dia da População, dia da Erradicação da Pobreza, dia da Poupança, dia dos Migrantes; e no âmbito de eventos da agenda nacional e internacional – o adiamento do Brexit, as eleições legislativas ou os 40 anos do Serviço Nacional de Saúde.

A Fundação e os *Media*

Em 2019, o número de notícias publicadas sobre as actividades da Fundação atingiu um número recorde, 4 268, o que corresponde a um crescimento de 48% em relação a 2018.

Do total de notícias publicadas, 32% foram sobre os cinco Encontros da Fundação, 31% sobre os novos estudos e 27,4% sobre os dados divulgados pela

Pordata. De realçar que estas notícias surgem não apenas nos órgãos de comunicação social nacionais, mas também nos regionais e especializados.

A primeira conferência do ciclo “Ao Encontro dos Portugueses”, dedicado à actual situação das mulheres em Portugal e no mundo, teve lugar em Fevereiro e foi objecto de cerca de 400 notícias; já em Abril, o Encontro dedicado ao debate sobre a sustentabilidade do sistema nacional de pensões foi o que teve maior impacto nos *media*, dando origem a mais de 670 notícias; no total, os cinco Encontros de 2019 foram objecto de 1 368 notícias.

Por seu lado, a Pordata atingiu um total de 1 168 notícias, tendo o Retrato de Portugal sido a publicação mais divulgada (119 notícias). Enquanto fonte citada pelos órgãos de comunicação, a Pordata atingiu um número recorde de referências publicadas, 631.

Finalmente, a participação da Fundação na Feira do Livro deu origem a cerca de 80 notícias, enquanto as conferências e debates do Mês da Educação e Ciência, como sempre objecto de grande interesse por parte dos órgãos de comunicação social, resultaram em 100 notícias.

A análise destes dados permite concluir que 2019 foi um ano no qual a percepção dos órgãos de comunicação social sobre a relevância do trabalho da Fundação

creceu significativamente, sendo inquestionável a confiança demonstrada na qualidade e fiabilidade do trabalho da Fundação.

Durante o ano, continuaram em vigor as seguintes parcerias com órgãos de comunicação social: na imprensa (*Público*, *Jornal Económico* e *Destak*); na rádio (Renascença, TSF e Antena 1); e na televisão (RTP, TVI e CMTV).

Rádio Renascença

O programa *Da Capa à Contracapa* continuou a ser emitido semanalmente, aos sábados, servindo como um espaço para ler e decodificar a actualidade, a partir dos livros e dos estudos da Fundação. Em 2019, foram emitidos 47 programas, que alcançaram cerca de 3 milhões de ouvintes.

Jornal *Destak*

Foram publicados, semanalmente às quintas-feiras, 46 destaques com dados de estudos da Fundação. O *Destak* tem um alcance potencial de 70 mil leitores diários.

CMTV

No programa semanal da CMTV, *Falar Global*, foram transmitidas entrevistas feitas a oradores das conferências da Fundação e a autores dos seus estudos. A plataforma *GPS – Global Portuguese Scientists*, na qual se destaca o trabalho de cientistas portugueses a trabalhar no

estrangeiro, continuou também a ser objecto da atenção deste programa.

Jornal *Público*

Foi estabelecida uma parceria com o jornal *Público* e com a editora Tinta-da-china para a elaboração de uma nova obra, *Portugal: uma retrospectiva*, coordenada pelo historiador Rui Tavares. Esta obra é composta por 25 fascículos redigidos por historiadores portugueses e estrangeiros sobre um conjunto de saberes da história social, política e económica, ocorridos em 25 épocas marcantes da história de Portugal. A colecção foi comercializada pelo jornal entre Junho e Novembro de 2019. Ao longo do ano, foram também publicados mensalmente dez artigos com o objectivo de dar continuidade e aprofundar os temas discutidos no programa *Fronteiras XXI*.

Jornal *Económico*

Foram publicados 12 artigos mensais escritos por autores dos Ensaios da Fundação.

TVI

Cobertura dos cinco Encontros da Fundação em 2019 e emissão de entrevistas com os principais conferencistas, gravadas a propósito da sua participação no evento.



RTP

Emissão em directo do programa *Fronteiras XXI* (10 programas mensais).

TSF

Parceria para criação de uma obra digital, *Sons da História*, na qual se pode ficar a conhecer três décadas de história através de um arquivo de som e imagem. Neste novo *site*, os utilizadores têm acesso a informação única sobre os últimos 30 anos do nosso país e do mundo, relembrando, por exemplo, o som das reportagens em directo sobre o incêndio no Chiado (1988), sobre a tragédia de Entre-os-Rios (2001), sobre o dia em que caiu o muro de Berlim (1989) ou sobre o dia em que Nelson Mandela tomou posse (1994), entre outros.

Antena 1

Transmissão mensal da versão rádio do programa *Fronteiras XXI*.

Programa *Fronteiras XXI*

Ao longo de 2019, o programa *Fronteiras XXI* consolidou a sua marca, mantendo-se como um programa de debate de referência no panorama televisivo português e chegando a novos públicos.

Com quase 1,6 milhões de espectadores foi, em regra, o programa mais visto da RTP3 no dia da sua emissão. O programa

mais visto da temporada de 2019 chegou aos 242 mil espectadores na RTP.

O debate mensal de 90 minutos, que resulta de uma parceria entre a Fundação e a RTP, ganhou na sua terceira temporada uma maior diversidade de temas – do desporto à alimentação, da ciência à cultura –, um cenário renovado, maior dinamismo nas peças e gráficos e participação de especialistas internacionais de renome.

O programa aprofundou as pontes com os temas dos estudos e das publicações da Fundação, aproveitando os conteúdos de novos estudos e publicações, assim como a participação de especialistas mundiais que participaram nos cinco eventos que marcaram os dez anos da instituição.

O ex-secretário de Estado norte-americano John Kerry, o filósofo Michael Sandel, o físico Michio Kaku, a antiga embaixadora dos EUA na ONU Samantha Power, o ambientalista Carl Safina ou a actriz Freida Pinto foram algumas das personalidades entrevistadas para o programa em 2019.

Com 40 oradores nesta temporada, sentaram-se no Teatro Thalia pensadores como José Gil, o coreógrafo Rui Horta ou a actriz Beatriz Batarda, mas também os escritores Dulce Maria Cardoso, Afonso Cruz ou Alice Vieira, o atleta olímpico Nuno Delgado, cientistas como Zita

Martins, Carlos Fiolhais e João Magueijo, ou *chefs* de cozinha como Ljubomir Stanisc, entre muitos outros.

Para ajudar a debater, com o rigor dos dados, temas que são estruturantes para o país, passaram também pelo teatro Thalia coordenadores de estudos da Fundação, como foi o caso de Laura Sagnier, responsável pelo estudo “A Mulher, Hoje”, ou de Amílcar Moreira, coordenador do estudo “A Sustentabilidade do Sistema de Pensões Português”.

A ligação por satélite permitiu também, durante os 90 minutos de programa, a participação de outras grandes figuras do mundo lusófono, como o realizador brasileiro Fernando Meirelles, ou o director do jornal *Folha de S. Paulo* Sérgio Dávila. Todos responderam, durante as emissões, às perguntas colocadas por alguns dos quase 400 espectadores que, ao longo do ano, assistiram ao vivo ao debate, seleccionados através das questões enviadas sobre o tema para o *website* do programa.

O *site* do *Fronteiras XXI* – onde é possível encontrar informação criteriosa e diversificada sobre os temas abordados no programa televisivo com o mesmo nome – foi renovado e ganhou novos conteúdos.

Ao longo do ano lançaram-se mais textos de opinião, novos formatos de infografias, mais animados e interactivos.

A equipa foi reforçada com mais uma pessoa, o que contribuiu para dinamizar e produzir mais textos de informação ligados aos temas em debate e optimizar os conteúdos *Fronteiras XXI* antes, durante e após o programa.

Estas mudanças reflectiram-se nas audiências: o *site* contou com mais de 180 mil visitas durante o ano, o que representa um aumento de 52% em relação ao ano anterior.

Marketing e Eventos

COMUNICAÇÃO E EVENTOS DA FUNDAÇÃO

A Fundação terminou o ano do seu décimo aniversário no terceiro lugar no *ranking* de notoriedade das fundações portuguesas – a melhor posição alguma vez alcançada. Dos indivíduos inquiridos, 94% conhecem a Fundação ou um dos seus projectos, 54% consideram o contributo da Fundação para a sociedade portuguesa como muito relevante e cerca de 26% recordam ter visto comunicação sobre a Fundação ou algum dos seus projectos (resultados do *tracking* de *awareness* realizado em Setembro pela IPG Mediabrands). Sendo uma Fundação tão pequena em termos de *share of investment*, quando



comparada com as demais fundações em Portugal, este é claramente um motivo de orgulho.

Um contributo importante da equipa de marketing para o reconhecimento público da Fundação são as campanhas de comunicação feitas para divulgar as conferências e debates, as publicações e os estudos que disponibiliza, e através dos quais consegue ir ao encontro da sociedade, transmitindo-lhe ferramentas para se conhecer melhor e debater, de forma informada, temas de importância central para o país.

Em 2019, foram organizados 64 eventos, nos quais participaram mais de 10 400 cidadãos.

1. Comunicação

Em 2019, a Fundação realizou 29 campanhas publicitárias, que se traduziram numa presença constante nos meios digitais e, pontualmente, na imprensa e na televisão.

Apoiaram-se igualmente as áreas científica, editorial e comercial, com a distribuição de materiais de comunicação para a realização de eventos e sua divulgação.

De acordo com a estratégia *digital first*, a Fundação canalizou grande parte do seu investimento de 2019 para campanhas digitais e desenvolveu conceitos diferenciadores para divulgação,

apostando em formatos de maior impacto. Esta estratégia permitiu melhorar significativamente os resultados em relação ao ano anterior.

Reforçou-se, uma vez mais, o investimento no digital e foram implementados planos de meios especificamente concebidos para o *target* de cada campanha. Esta estratégia permitiu um aumento de 26% no número de cliques (*click-through rate*) em relação ao ano anterior; além disso, os números de processos de compra no *site* institucional da Fundação, com origem em anúncio digital, aumentaram 32%.

Em ano de aniversário, esteve presente em toda a comunicação institucional a assinatura comemorativa “10 anos ao Encontro dos Portugueses”.

2. Os Encontros da Fundação

O Encontro Anual é um evento central na vida da Fundação e constitui um momento importante de ligação aos Portugueses. Os Encontros são também a inequívoca demonstração de que a Fundação não é uma instituição fechada nos seus contornos, nem desligada do seu contexto e da sua matriz cultural e social.

Em 2019, ano de celebração dos seus dez anos de existência, a Fundação decidiu alterar o seu modelo habitual de Encontro, organizando não uma, mas cinco

conferências que serviram de pretexto para juntar reputados oradores nacionais e internacionais para debater temas relevantes e actuais. Em Fevereiro, o tema escolhido foi a mulher; em Abril, a sustentabilidade da segurança social; e a conferência de Junho foi dedicada ao tema ética, valores e política. O Encontro de Setembro, organizado em parceria com a Fundação Oceano Azul, e com a duração de dois dias, tinha como mote o futuro do planeta. A encerrar o ciclo, em Novembro a Fundação organizou uma conferência sobre o tema ciência e universo.

Ao longo do ano, a Fundação convidou mais de 70 oradores, incluindo: Samantha Power, Freida Pinto, Ghida Fakhry, Bruno Palier, Joakim Palme, Elsa Fornero, Steven Pinker, Michael Sandel, Sylvia Earle, John Kerry, Paul Theroux, Carl Safina, Michio Kaku, Carlo Rovelli, Adam Rutherford ou Carolyn Porco.

Os cinco Encontros contribuíram de forma importante para actualizar e intensificar a corrente de boa comunicação estabelecida ao longo da última década entre os Portugueses e a Fundação. No total, 4 700 participantes assistiram presencialmente às sessões organizadas no âmbito dos Encontros de 2019.

Os Encontros da Fundação contaram, uma vez mais, com a TVI como *media partner*, o que garantiu a emissão televisiva de algumas das palestras e debates,

e de inúmeras peças jornalísticas, sobre cada um dos eventos. Esta parceria permitiu que se conseguisse chegar a uma audiência mais alargada.

Todas as sessões foram transmitidas também em *streaming* no *site* da Fundação e no Facebook e, no total, contabilizaram-se cerca de 33 000 visualizações únicas em directo. Em 2019, houve um número recorde nas transmissões em directo dos eventos da Fundação.

A produção dos eventos esteve, este ano, a cargo das empresas Multilem (conferências de Fevereiro, Junho e Setembro) e Pop (conferências de Abril e Novembro), tendo também participado no evento as empresas Best ID, Feitoria (Manuel Esteves Catering), JLM, Madhouse, Initiative Media, Graça Martins & Associados, View Isobar, entre outros.

3. Conferências, Debates e Outros Eventos

Em 2019, foram adicionadas 11 novas publicações à colecção de ensaios, 6 novas à colecção de retratos e 6 novos estudos, todos eles com respectivos lançamentos públicos ou debates. A estes acrescem também as inúmeras iniciativas organizadas pela Fundação na Feira do Livro de Lisboa e ao longo do Mês da Educação e Ciência. Ao longo do ano, a Fundação organizou 59 eventos, nos quais estiveram presentes mais de 5 700 pessoas.



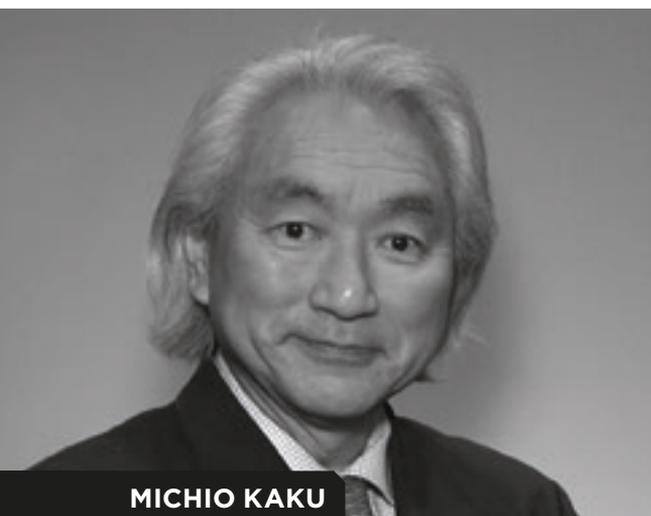


FUNDAÇÃO

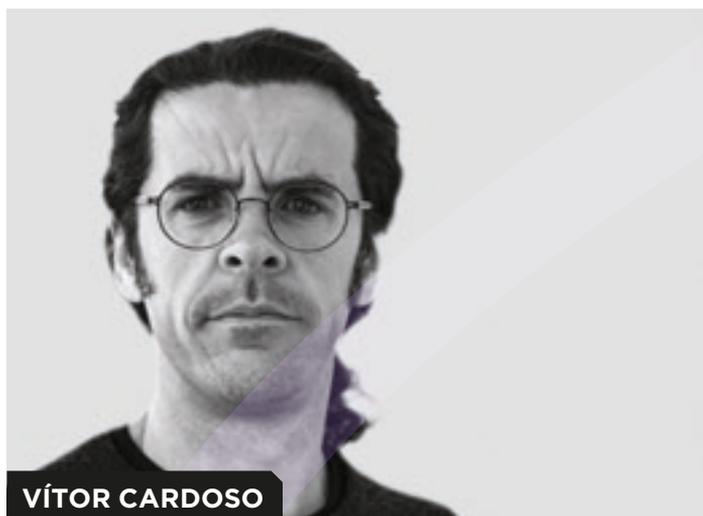
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Ao encontro dos portugueses

**O que podemos esperar da Ciência nos próximos anos?
Que impacto têm as descobertas e avanços
tecnológicos no nosso dia-a-dia?
Que desafios colocam à Humanidade?**



MICHIO KAKU



VÍTOR CARDOSO



CAROLYN PORCO



MARIA MANUEL MOTA

CIÊNCIA E UNIVERSO

16 de Novembro 2019

LISBOA | AULA MAGNA



ZITA MARTINS



CARLO ROVELLI



ADAM RUTHERFORD

A Fundação marcou forte presença na Feira do Livro de Lisboa, que este ano se realizou entre 29 de Maio e 16 de Junho, com debates e emissões de programas de rádio e de televisão em directo da Praça da Fundação. Durante a Feira, toda a comunicação institucional da Fundação teve por base as comemorações do 10.º aniversário e o *slogan* “10 anos ao Encontro dos Portugueses”; e, como já tem vindo a ser hábito, a Praça da Fundação foi o palco central dos eventos que decorreram na Feira do Livro.

Em 2019, a Fundação organizou mais um Mês da Ciência e Educação, um ciclo de conferências que, este ano, levou o debate a Aveiro, Coimbra, Leiria, Lisboa e Porto. De 15 de Outubro a 16 de Novembro, especialistas de diferentes áreas debateram temas como a alimentação, as terapias alternativas ou a aprendizagem do cérebro, num olhar integrado entre educação e ciência.

Pela diversidade de formatos e conteúdos, a Fundação procurou em 2019 chegar a um público cada vez mais vasto e diversificado. A mobilidade das conferências e debates pelo território nacional, a adopção de uma estratégia de comunicação *digital first*, o lançamento de novos sites, e a utilização das redes sociais de forma eficaz visam estreitar a relação entre a sociedade e a Fundação, fomentando o debate sobre os diversos temas que foram lançados ao longo do ano.

Relatório Financeiro do Exercício de 2019

 relatório financeiro que apresentamos de seguida reflecte as contas da Fundação.

As entregas prometidas e contratadas com a Família Fundadora foram concretizadas junto da Fundação conforme o plano estabelecido no contrato, considerando-se esse gesto uma honra pela confiança que traduz.

O Conselho de Administração persiste numa política financeira cuidadosa e esforça-se por manter as reservas financeiras existentes, garantindo sempre os meios para cumprir os contratos assinados.

O Conselho de Administração dotou a Fundação de um corpo de funcionários e executivos ajustado aos projectos em curso, reflectido no custo de funcionamento e nos custos de pessoal, referidos no Relatório de Contas.

A distribuição temática e funcional dos projectos revela consistência e continuidade de opções e métodos associados à actividade da Fundação.

De acordo com a deliberação do Conselho de Administração de 24/06/2016, os resultados líquidos dos exercícios apurados anualmente, positivos ou negativos, são transferidos

para o Fundo Patrimonial na rubrica de Resultados Transitados, pelo que o Conselho de Administração propõe que o resultado negativo apurado de 2019, de 753 443 €, seja transferido para os Resultados Transitados.

Perspectivas para 2020

Espera-se um ano intenso em actividades, já que Fundação celebra em 2020 o décimo aniversário da base de dados Pordata e os dez anos da colecção de Ensaios.

O aniversário será assinalado por um conjunto de iniciativas, nomeadamente: um ciclo de conferências intitulado *Nós, Portugueses*; a emissão na RTP1, em horário nobre, de três documentários; e o lançamento de uma colecção de 10 livros, em parceria com o jornal *Público* que, com base em dados da Pordata, explicam quem são e como são os Portugueses.

Comemoram-se igualmente os dez anos da emblemática colecção Ensaios da Fundação, um projecto editorial que tem levado ao grande público a reflexão de autores qualificados sobre problemas centrais da sociedade portuguesa. A Fundação marcará forte presença na Feira do Livro de Lisboa e publicará, ao longo do ano, nove Ensaios e seis Retratos.

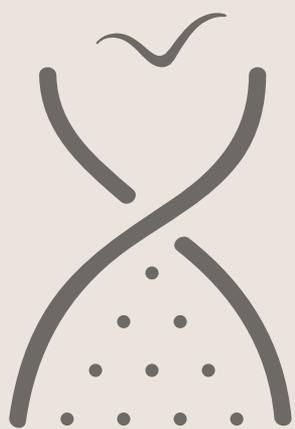
Na área de Estudos, a programação para 2020 inclui a divulgação de quatro novos estudos, o ciclo de conferências do Mês da Ciência e da Educação e a segunda edição da Escola de Verão FFMS, este ano em versão alargada, no seguimento do enorme sucesso da primeira experiência em 2019. O ano será igualmente marcado pela concepção do novo programa científico para o triénio 2020-2022.

As actividades da Fundação em 2020 incluem ainda a 4.^a série do programa televisivo *Fronteiras XXI* e o Encontro Anual da Fundação, que terá lugar em Setembro, dedicado ao tema Inteligência e Conhecimento.

Em 2020, toda a equipa da FFMS reafirma a sua vontade de contribuir para um país melhor e mais desenvolvido, com pluralismo e debate de ideias, independência, sentido crítico e pleno compromisso de cidadania para o bem comum.

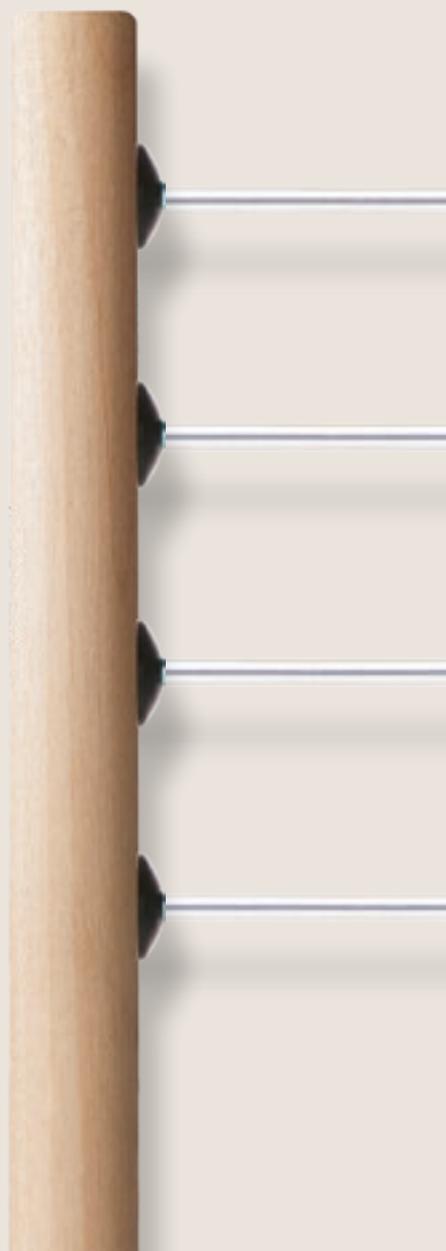
Lisboa, 26 de Março de 2019





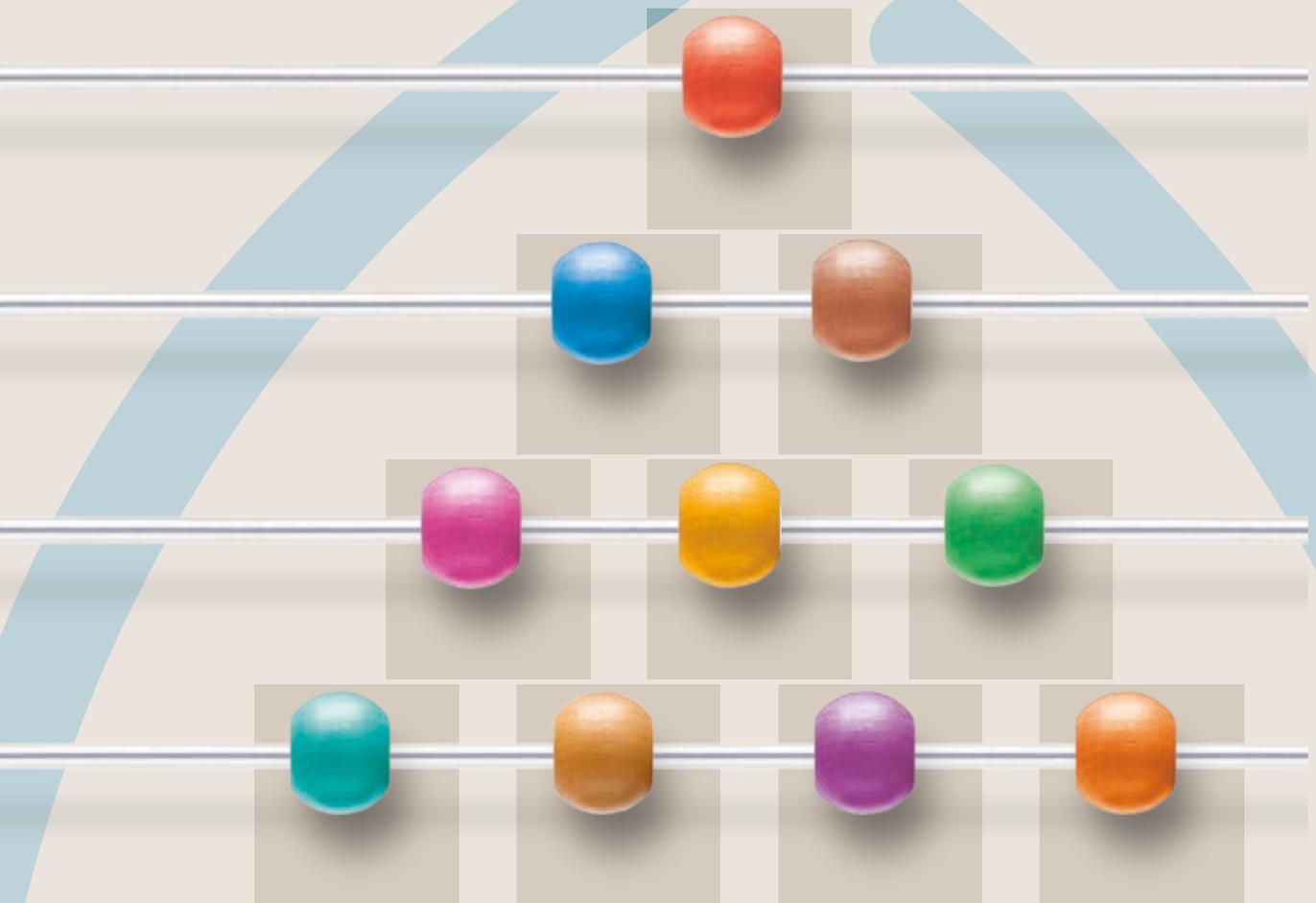
ANOS

Ao encontro
dos portugueses





Contas






FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

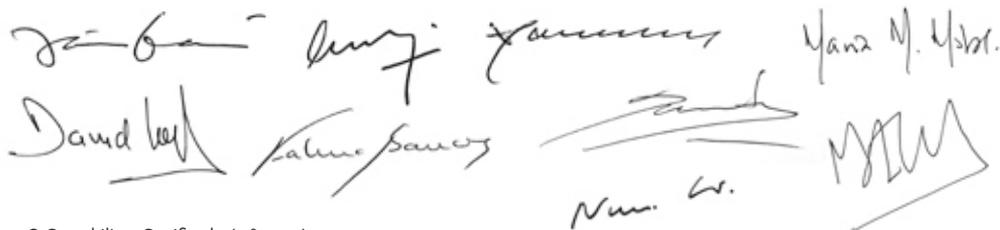
Balanço

De 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro 2018

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

Activo	NOTAS	2019	2018
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Investimentos financeiros	16.2	14 155	11 760
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	5.3	131 362	145 287
Clientes	6	44 742	39 845
Estado e Outros Entes Públicos	7.1	21 812	63 565
Outros créditos a receber	8	27 377	55 091
Diferimentos	9	89 193	145 476
Outros activos financeiros	4.2	0	0
Caixa e depósitos bancários	4.1	8 805 781	9 818 665
Total do activo		9 134 422	10 279 689
Fundos Patrimoniais e Passivo			
		2019	2018
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos			
Dotações de Fundadores	10.1	1 000 000	1 000 000
Resultados Transitados	10.2	7 142 825	6 514 209
		8 142 825	7 514 209
Resultado líquido do período		-753 443	628 617
Total dos fundos patrimoniais		7 389 382	8 142 825
PASSIVO			
Passivo Corrente			
Fornecedores	11	1 213 597	1 475 736
Estado e Outros Entes Públicos	7.2	60 998	132 185
Outras dívidas a pagar	12	470 445	528 943
Total do passivo		1 745 039	2 136 864
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9 134 422	10 279 689

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado (n.º 33321)



Demonstração dos Resultados por Naturezas

De 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro 2018

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

Rendimentos e Gastos	NOTAS ANEXO	2019	2018
Vendas e serviços prestados	13.1	200 753	161 065
Subsídios, doações e legados à exploração	14	7 000 000	7 000 000
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	5.1	(167 720)	(156 305)
Fornecimentos e serviços externos	15	(6 310 116)	(5 152 316)
Gastos com o pessoal	16.1	(1 378 078)	(1 445 224)
Ajustamentos de inventários (perdas e reversões)	5.4	(34 387)	14 047
Aumentos/reduções de justo valor	18	0	(1 699)
Outros rendimentos	13.2	23 182	394 611
Outros gastos	17	(87 643)	(186 076)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-754 008	628 105
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-754 008	628 105
Juros e rendimentos similares obtidos		565	512
Resultado antes de impostos		-753 443	628 617
Imposto sobre o rendimento do período	7.2	0	0
Resultado líquido do período		-753 443	628 617

O Conselho de Administração

Handwritten signatures of the Board of Directors members, including names like David, António, and Yana M. Vitor.

O Contabilista Certificado (n.º 33321)

Handwritten signature of the Certified Accountant, S. Machado.

Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo)

De 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro 2018

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

Fluxos de caixa das actividades operacionais	2019	2018
Recebimentos de clientes e utentes	207 050	182 938
Pagamentos a fornecedores	(822 099)	(432 009)
Pagamentos ao pessoal	(662 629)	(624 424)
Caixa gerada pelas operações	(1 277 678)	(873 496)
Impostos:	(839 882)	(682 189)
Retenção de impostos sobre o rendimento		
IRS Categoria A	(342 658)	(330 371)
IRS Categoria B	(54 919)	(35 543)
IRC Categoria E	(24 090)	(20 346)
Contribuições para a Segurança Social	(418 216)	(295 929)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(2 117 560)	(1 555 685)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Outras operações (projectos)	(5 886 516)	(4 782 601)
Recebimentos provenientes de:		
Outros activos financeiros		4 006 586
Juros e rendimentos similares	565	512
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(5 885 950)	(775 503)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Donativos	7 000 000	7 000 000
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(9 374)	(6 067)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	6 990 626	6 993 933
Varição líquida de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-1 012 884	4 662 745
Caixa e seus equivalentes no início do período	9 818 666	5 155 921
Caixa e seus equivalentes no final do período	8 805 781	9 818 666

O Conselho de Administração

Handwritten signatures of the Board of Directors members, including names like David, António, and others.

O Contabilista Certificado (n.º 33321)

Handwritten signature of the Certified Accountant, S. Machado.

Anexo

Período findo a 31 de Dezembro de 2019

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, doravante designada por “FUNDAÇÃO” ou “FFMS”, é uma entidade de direito privado, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, criada pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. (Sociedade Fundadora), a 12 de Fevereiro de 2009, com sede no Largo de Monterroio Mascarenhas, n.º 1, Freguesia de Campolide, Concelho e Distrito de Lisboa.

A FUNDAÇÃO foi reconhecida através do Despacho n.º 13591/2009, de 5 de Junho de 2009, e declarada pessoa colectiva de utilidade pública pelo Despacho n.º 5159/2010 de 12 de Março de 2010, ambos emitidos pelo Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

A 1 de Março de 2013, foi publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 43 – Bloco C a confirmação do estatuto de utilidade pública, passando, assim, a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de Julho.

A escritura dos novos estatutos realizada a 21 de Novembro de 2013 e publicada no portal do Ministério da Justiça foi aprovada pelo Conselho de Ministros, através do ofício n.º 3666/DAJD/2013.

A FUNDAÇÃO tem no seu objecto social o fim primordial de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando contribuir para o desenvolvimento inter-relacional da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas.

Neste âmbito, a FUNDAÇÃO tem desenvolvido estudos em diversas áreas sociais: demografia e população, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, estado, instituições democráticas, entre outras. O detalhe de cada um destes estudos está apresentado no Relatório Anual de Actividades.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Divulgação do referencial contabilístico utilizado na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de Junho que transpôs, para a ordem jurídica interna, a Directiva n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de Junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais.

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspectos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transacções ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) e (iii) às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e respectivas interpretações (SIC e IFRIC).

As bases de preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

CONTINUIDADE

As operações realizadas foram registadas no pressuposto da continuidade da Entidade durante um período de pelo menos doze meses, mas sem limitação, a partir da data de balanço.

REGIME DA PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA (ACRÉSCIMO)

Os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento. Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são, respectivamente, gerados ou incorridos, independentemente do momento da respectiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a selecção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação e, em todo o caso, (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

COMPENSAÇÃO

Os activos e passivos e os rendimentos e gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

COMPARABILIDADE

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são as utilizadas na preparação das quantias comparativas, pelo que sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogados, e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e do resultado da entidade.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excepcionalmente derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL, tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e do resultado da Entidade.

2.3. Indicação e comentário das contas de balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os conteúdos de todas as contas de balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Outros activos financeiros – Os fundos de tesouraria são registados pelo valor de aquisição, sendo no final de cada período económico valorizados à cotação indicada pela entidade bancária.
- Clientes e outras contas correntes a receber – A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade.
- Fornecedores e outras contas correntes a pagar – As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Acréscimos e diferimentos – As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

- Dotações de fundadores – As dotações do Fundador são registadas no Fundo Patrimonial na data da confirmação da sua atribuição.
- Subsídios à exploração – As participações recebidas do Fundador para fazer face às despesas com projectos e ao funcionamento da FUNDAÇÃO são reconhecidas na totalidade em rendimentos do período, critério este que foi adoptado a partir do período de 2016 por decisão da Comissão Executiva e do Conselho de Administração, na sequência da assinatura do novo Acordo de Concessão de Dotações, a 11 de Fevereiro de 2016, com a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SE, por um período de dez anos.
- Inventários – As mercadorias que correspondem aos livros Ensaio e à *Revista XXI* e outras publicações são mensuradas pelo custo de produção ou o valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.
- Resultado líquido do período – o saldo apurado, no período anual, positivo ou negativo, é transferido para o Fundo patrimonial, rubrica de Resultados transitados (nos períodos anteriores a 2016, o Resultado do período apurado era sempre nulo, por efeito do procedimento de registo dos rendimentos referido acima).

4. FLUXOS DE CAIXA E OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

O saldo da rubrica “Caixa e seus equivalentes no final do período” da Demonstração dos fluxos de caixa e o da correspondente rubrica do Balanço integra o numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), cuja decomposição é a apresentada abaixo:

	2019	2018
Numerário	677	1 018
Depósitos bancários	8 805 105	9 817 647
Total	8 805 781	9 818 665

5. INVENTÁRIOS

5.1 O movimento ocorrido na rubrica de Inventários – mercadorias para apuramento do custo das mercadorias vendidas foi o seguinte:

MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO				
Rubricas	Saldo inicial 31.12.18	Aumentos	Diminuições	Saldo final 31.12.19
Inventários:				
Mercadorias – Ensaios	320 013	157 649	141 186	336 476
Mercadorias – Anuários e Outras Publicações	195 830	44 199	40 200	199 829
Total	515 843	201 848	181 386	536 305

5.2 O valor de mercadorias em inventário, juntamente com o que se encontrava à consignação, não considerando o valor de imparidades, é o seguinte:

Rubricas – Ensaios	Saldo final 31.12.19	Saldo final 31.12.18
Mercadoria Fundação	191 140	197 931
Mercadoria à Consignação	145 336	122 082
Total [1]	336 476	320 013

Rubricas – Anuários e Outras Publicações	Saldo final 31.12.19	Saldo final 31.12.18
Mercadoria Fundação	111 781	115 187
Mercadoria à Consignação	88 048	80 643
Total [2]	199 829	195 830
Total Geral [1+2]	536 305	515 843

5.3 A perda por imparidade no inventário de Ensaios, *Revista XXI* e outras publicações referente às edições dos anos de 2010 a 2015, 2016, 2017 e 2018 foi reconhecida em 100%, 75%, 50% e 25%, respectivamente. O valor realizável de inventários em balanço é conforme se apresenta no quadro seguinte:

Rubricas	Valor Custo 31.12.19	Imparidade	Valor Realizável Líquido 31.12.19	Valor Realizável Líquido 31.12.18
Inventários:				
Mercadorias – Ensaios	336 476	253 481	82 995	83 840
Mercadorias – <i>Revista XXI</i> e Outras publicações	199 829	151 462	48 367	61 447
Total	536 305	404 943	131 362	145 287

5.4 O movimento do período da rubrica de Imparidades é o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial 31.12.2018	Imparidade (reforço)	Saldo Final 31.12.2019
Imparidade:			
Mercadorias – Ensaios	236 173	17 307	253 481
Mercadorias – <i>Revista XXI</i> e Outras publicações	134 383	17 080	151 462
Total	370 556	34 387	404 943

6. CLIENTES

A decomposição do saldo de clientes é a seguinte:

	2019	2018
Créditos a receber	54 340	49 443
Perdas por imparidades acumuladas	(9 598)	(9 598)
Total	44 742	39 845

O saldo de clientes refere-se, exclusivamente, a valores a receber da venda das publicações literárias editadas pela FUNDAÇÃO, ajustadas pelas respectivas perdas por imparidade. O valor da imparidade refere-se ao saldo a receber da ST&SF – Sociedade de publicações, Lda.

7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de Estado e outros entes públicos é composta da seguinte forma:

7.1 Activo

	2019	2018
Retenção na Fonte (IRC)	12 178	12 037
IVA – A recuperar	9 634	51 528
Total	21 812	63 565

7.2 Passivo

	2019	2018
Retenções de imposto sobre o rendimento (IRS/IRC)	34 409	42 097
Contribuições para a Segurança Social	26 589	90 088
Total	60 998	132 185

A FUNDAÇÃO encontra-se abrangida pela isenção contemplada na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo sido requerido ao ministro das Finanças o reconhecimento da isenção, conforme disposto no n.º 2 do mesmo artigo.

O valor em dívida à Segurança Social corresponde ao valor a liquidar em Janeiro do ano seguinte.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Deste modo, a declaração fiscal da entidade referente ao ano de 2019 poderá vir a ser sujeita a revisão. Contudo, é entendimento da Administração que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades inspectivas não terão efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

8. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2019	2018
Acréscimo de proveitos	0	34 440
Outros créditos a receber	27 377	20 651
Total	27 377	55 091

Os valores de “Outros créditos a receber” incluem adiantamento a pessoal e adiantamento a fornecedores e saldos de credores diversos de pequeno montante.

9. DIFERIMENTOS

A rubrica de Diferimentos – Outros gastos a reconhecer, no valor de 89.193 euros (período anterior 145.476 euros) inclui o valor de 11.204 euros referente à contratação de oradores estrangeiros para o 11.º aniversário da Fundação, a realizar em Fevereiro de 2020, e o valor de 45.920 euros referente à elaboração de comentários audiovisuais a realizar em 2020.

O restante valor de 32.070 euros inclui, sobretudo, serviços prestados de assistência informática e prémios de seguros, cuja periodicidade abrange parte do período seguinte (2020).

10. FUNDOS PATRIMONIAIS

10.1 O valor da Dotação do Fundador, no montante de 1.000.000 euros, foi totalmente realizado no período de 2009.

10.2 O saldo da conta de Resultados transitados, no montante de 7.142.825 euros, respeita i) à transferência do saldo da rubrica de Diferimentos do período findo a 31 de Dezembro de 2015, correspondente às verbas de dotações recebidas do Fundador, no âmbito do primeiro contrato de Acordo de Concessão de Dotações, no montante de 5.423.500 euros, e que não foram utilizadas no financiamento da actividade da FUNDAÇÃO até à data da caducidade do referido Acordo (Fevereiro de 2016), conforme mencionado acima no ponto 3 – bases de apresentação; e ao ii) acréscimo do Resultado líquido apurado no período de 2016 (469.675 euros), do período de 2017 (621.034 euros), e do período de 2018 (628.616 euros).

11. FORNECEDORES

A rubrica de Fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

	2019	2018
Fornecedores conta corrente	1 183 146	1 362 548
Consultores e prestadores de serviços individuais	30 451	113 188
Total	1 213 597	1 475 736

O saldo de Fornecedores conta corrente, cujo vencimento decorre, essencialmente, entre os meses de Janeiro e Fevereiro, é na totalidade exigível, não havendo situações de litígio ou de protelação de prazos de pagamento, e é relativo essencialmente a prestadores de serviços e a gastos com a produção de publicações, comentários e eventos.

12. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2019	2018
Dívidas por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	173 345	178 682
Remunerações órgãos sociais	55 836	103 340
Outros acréscimos de gastos	232 139	241 141
Subtotal	461 320	523 164
Outra dívidas	9 125	5 779
Total	470 445	528 943

Os valores das rubricas de Remunerações a liquidar a colaboradores (173.345 euros) e aos órgãos sociais (55.836 euros) correspondem à estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2020, vencidos no exercício de 2019.

A rubrica de “Outros acréscimos de gastos” (232.139 euros) inclui, essencialmente, i) o valor de 168.005 euros de prestação de serviços de cedência de recursos humanos, rendas e participação de gastos (prestados pela UnileverFima/JMDB/JMR); e ii) o valor de 64.133 euros referente a acréscimos de gastos com projectos da Comissão Científica, Publicações e Programas que já estavam em execução à data do encerramento do presente período.

13. RÉDITO

13.1 A rubrica de Vendas e Serviços prestados decompõe-se da seguinte forma:

	2019	2018
Venda de ensaios	115 789	101 442
Venda de <i>Revista XXI</i> e anuário	1 006	1 833
Venda de outras publicações	42 820	42 402
Subtotal	159 615	145 676
Prestação de serviços (Encontros, <i>Ebooks</i>)	37 361	15 317
Prestação de serviços – Outros	3 777	72
Total	200 753	161 065

13.2 A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” decompõe-se da seguinte forma:

	2019	2018
Correcções relativas a períodos anteriores	664	317 948
Outros	22 518	76 663
Total	23 182	394 611

14. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

O total dos valores de doações do período, recebido e registado em Rendimentos, no montante de 7.000.000 euros, foi efectuado na totalidade pelo Fundador – Sociedade Francisco Manuel dos Santos, S.E.

15. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Designação	2019	2018
Trabalhos especializados	4 686 084	3 865 338
Publicidade e comunicação	444 890	428 247
Deslocações e estadas	113 257	104 394
Conservação de edifícios e outros	60 547	78 383
Assessoria jurídica e outros	57 798	52 363

Designação	2019	2018
Rendas e alugueres e custos associados	136 769	134 954
Serviços de informática	20 171	20 023
Outros custos – Grupo	283 448	214 572
Despesas de representação	19 519	14 805
Despesas de comunicação e transporte	37 169	20 321
Outros fornecimentos e serviços	22 541	13 531
Outros custos	1 196 111	1 081 594
FSE – Custos projectos	5 882 194	4 946 932
FSE – Custos funcionamento	427 921	205 384
Total FSE	6 310 116	5 152 316

O valor de FSE – Custos projectos, no montante de 5.882.194 euros, incorpora a maioria dos gastos com os Projectos e Publicações desenvolvidos pela Fundação, conforme discriminados abaixo, na nota 19, sendo que a rubrica de Trabalhos especializados se refere aos bens e serviços afectos directamente à produção de publicações e realização de eventos, e as restantes rubricas, aos gastos administrativos indirectos que foram repartidos pelos projectos. O valor de FSE – Custos de funcionamento, no montante de 427.921 euros, refere-se, essencialmente, a serviços de gestão, despesas administrativas e manutenção do sistema informático.

16. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

16.1. Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2019	2018
Remunerações de órgãos sociais	429 389	503 328
Remunerações do pessoal	659 061	577 039
Senhas de presença	105 453	135 098
Encargos sobre remunerações	170 445	207 908
Outros (seguros)	13 729	21 851
Total	1 378 078	1 445 224

O quadro de pessoal da FUNDAÇÃO integrava, no final do período, 22 colaboradores (18 colaboradores em 2018), dos quais três são membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

O valor das senhas de presença, atribuído aos membros do Conselho de Administração e Conselho de Curadores, constitui rendimento de trabalho dependente, categoria A e, como tal, está sujeito a retenção em sede de IRS e ao desconto de contribuições para a Segurança Social.

16.2 A Lei 70/2013, de 30 de Agosto, estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho, aplicável a todos os contratos celebrados após 1 de Outubro de 2013. No cumprimento da lei, o cálculo do fundo de compensação é efectuado através da aplicação da taxa de 0,925% sobre o salário base, tendo sido apurado o valor de 15.081 euros (no período anterior 11.760 euros) e registado na rubrica em balanço de Investimentos financeiros, respeitante a quatro trabalhadores.

17. OUTROS GASTOS

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2019	2018
Outros Gastos e Perdas		
Ofertas de edições	13 667	89 501
Ofertas de outras publicações	52 159	50 187
	65 826	139 687
Quotizações e Taxas	2 625	2 625
Correcção exercícios anteriores	3 361	37 499
Diferenças de câmbio / Outros	15 831	6 264
	21 817	46 388
Total	87 643	186 076

A rubrica de “Ofertas de edições” corresponde às publicações editadas pela FUNDAÇÃO doadas a instituições protocoladas, e a rubrica de “Ofertas de outras publicações” respeita a edições da FUNDAÇÃO exclusivas para ofertas.

A rubrica de “Diferenças de câmbio/Outros” inclui valores relativos a diferenças de câmbio desfavoráveis, juros de mora, multas e outras penalidades.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES – PROJECTOS PROMOVIDOS E PUBLICAÇÕES

Os projectos promovidos pela FUNDAÇÃO, que incluem a Coordenação científica, repartem-se em “Projectos comissão científica” e “Outros programas”, estando os primeiros organizados em três áreas: Economia, Instituições e Sociedade, e os segundos, em quatro áreas: Debates e Documentários, Portais, Encontros da Fundação, e *Reporting* & Sistemas de Comunicação.

Até ao final do período de 2019, para a execução de “Projectos científicos e programas” e “Publicações”, foi aprovado o valor de 48.115.498 euros e realizado o respectivo valor de 46.193.942 euros, conforme se discrimina em seguida no mapa acumulado de 2009-2019 de Proposta de Desembolso de Capital (PDC):

Rubricas	VALORES APROVADOS			VALORES REALIZADOS		
	Acumulado 2009 a 2018	2019	Acumulado 2009 a 2019	Acumulado 2009 a 2018	2019	Acumulado 2009 a 2019
Economia	1 326 757	498 733	1 825 490	1 048 344	264 353	1 312 697
Instituições	1 920 465	457 871	2 378 336	1 744 075	217 480	1 961 555
Sociedade	3 427 325	280 600	3 707 925	3 236 858	574 423	3 236 898
Projectos anteriores a 2014	3 832 572		3 832 572	3 832 572		3 832 572
Total Projectos Científicos	10 507 119	1 237 204	11 744 323	9 861 844	1 056 256	10 918 100
Debates Documentários e Out. Projectos	1 528 803	348 804	1 877 607	1 528 803	348 804	1 877 607
Portais	9 470 885	1 645 862	11 116 747	9 146 350	1 015 912	10 162 262
Encontros Fundação	9 888 932	1 924 486	11 813 418	9 775 854	2 037 564	11 813 418
Reporting & Sistemas & Comunicação	2 532 242	663 870	3 196 112	2 470 821	584 441	3 055 262
Total Outros Programas	23 420 862	4 583 022	28 003 884	22 921 829	3 986 721	26 908 550
Total Projectos Científicos e Programas	33 927 981	5 820 226	39 748 207	32 783 673	5 042 977	37 826 650
Publicações	7 178 405	1 188 886	8 367 291	7 260 141	1 107 150	8 367 291
Total Geral	41 106 386	7 009 112	48 115 498	40 043 814	6 150 127	46 193 942
Verba a Cativar				1 062 572		1 921 556

(1) Os gastos em Projectos científicos e Outros programas estão registados na rubrica de Fornecimentos e serviços externos – trabalhos especializados (inclui o valor de IVA suportado) –, sendo reconhecido o gasto em função da evolução e concretização das várias fases dos projectos.

(2) Os gastos em Publicações são, essencialmente, referentes à produção de livros, incluindo: i) custo das mercadorias consumidas; ii) ofertas de edições; iii) fornecimentos e serviços externos, trabalhos especializados, gastos com eventos, acções POS e gestão logística, e publicidade e comunicação.

Resumo	2019	2018
Projectos Aprovados com Proposta de Desembolso de Capital (PDC)	48 115 498	41 106 386
Valores Gastos	(46 193 942)	(40 043 814)
Verba a Cativar (para 2020)	1 921 556	1 062 572

Para fazer face à verba a cativar de 1.921.556 euros, relativa aos projectos aprovados com Proposta de Desembolso de Capital (PDC), o valor de meios financeiros disponíveis no final do período era de 8.805.781 euros, correspondentes ao saldo da conta de Depósitos à ordem (Nota 4).

19. APLICAÇÃO DE FUNDOS

Até à data, a Fundação recebeu do Fundador a Dotação de 1.000.000 euros e os subsídios de 66.000.000 euros (60.576.500 euros + 5.423.500 euros), e obteve ganhos em subsídios de outras entidades, vendas e prestações de serviços e outros proveitos não operacionais de 2.925.476 euros. Ao total destes ganhos foram afectos gastos da actividade operacional e custos de funcionamento, no montante de 62.536.094 euros, originando a 31 de Dezembro de 2019 o valor de Fundo Patrimonial de 7.389.382 euros, conforme se evidencia abaixo:

	2019		2009-2018		2009-2019
Subsídios (Nota 14)	7 000 000		53 576 500		60 576 500
Subsídios de outras entidades	0		211 170		211 170
Vendas e serviços prestados (Nota 13.1)	200 753		1 997 141		2 197 894
	7 200 753		55 784 811		62 985 564
Projectos (Nota 18)	6 150 127	77%	40 043 816	73%	46 193 943
Gastos de funcionamento (1)	1 827 816	23%	14 514 335	27%	16 342 151
Total gastos	7 977 943		54 558 151		62 536 094
Outros proveitos não operacionais (2)	23 747		492 665		516 412
Resultado do(s) período(s) (acumulado)	(753 443)		1 719 325		965 882
					1 090 709
Comparticipação do Fundador até 2015 transferida para Resultados transitados			5 423 500		5 423 500
Dotação inicial			1 000 000		1 000 000
Fundo Patrimonial			8 142 825		7 389 382

(1) O valor de gastos de funcionamento corresponde aos Gastos com pessoal (Nota 16.1), custos de funcionamento da rubrica de Fornecimentos e serviços externos (Nota 15) e o valor da rubrica de Outros Gastos e Perdas (21.817 euros) (Nota 17).

(2) O resultado líquido de "Outros proveitos não operacionais" resulta de Rendimentos financeiros (565 euros) e Outros ganhos (23.182 euros) (Nota 13.2).

20. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 7,380 euros.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Até à data da conclusão deste relatório, não ocorreram acontecimentos que mereçam destaque para complementar a leitura das presentes demonstrações financeiras.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

Comemoram-se igualmente os dez anos da emblemática colecção Ensaios da FUNDAÇÃO, um projecto editorial que tem levado ao grande público a reflexão de autores qualificados sobre problemas centrais da sociedade portuguesa.

A FUNDAÇÃO marcará forte presença na Feira do Livro de Lisboa e publicará, ao longo do ano, nove Ensaios e seis Retratos.

Na área de estudos, a programação para 2020 inclui a divulgação de quatro novos estudos, o ciclo de conferências do Mês da Ciência e da Educação, e a segunda edição da Escola de Verão FFMS, este ano em versão alargada, dado o enorme sucesso da primeira experiência em 2019. O ano será igualmente marcado pela concepção do novo programa científico para o triénio 2020-2022.

As actividades da FUNDAÇÃO em 2020 incluem ainda a 4.ª série do programa televisivo *Fronteiras XXI* e o Encontro Anual da Fundação, que terá lugar em Setembro, dedicado ao tema “Inteligência e Conhecimento”.

Em 2020, toda a equipa da FFMS reafirma a sua vontade de contribuir para um país melhor e mais desenvolvido, com pluralismo e debate de ideias, independência, sentido crítico e pleno compromisso de cidadania para o bem comum.

A FUNDAÇÃO está atenta a eventuais necessidades de reprogramação da sua actividade decorrentes do surto de COVID-19.

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]

David Kelly

[Handwritten signature]

Katrine Sawyer

[Handwritten signature]

Yana M. Ustot.

[Handwritten signature]

Nun. G.

[Handwritten signature]

O Contabilista Certificado (n.º 33321)

[Handwritten signature]

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Fundação Francisco Manuel dos Santos (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 9.134.422 euros e um total de fundos patrimoniais de 7.389.382 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 753.443 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Fundação Francisco Manuel dos Santos em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório Anual nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Atividades

Em nossa opinião, somos de parecer que o Relatório de Atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 26 de março de 2020

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Luis Miguel Rosado (ROC nº 1607)
Registado na CMVM com o nº 20161217

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Curadores

No cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a acção fiscalizadora que efectuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da **Fundação Francisco Manuel dos Santos** (doravante designada por Fundação), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

Acompanhámos o desenvolvimento da actividade da Fundação procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Administração, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram preparadas de acordo com o regime de normalização contabilística para as ESNL, exprimindo dessa forma a correcta situação patrimonial da Fundação.

Analisámos, também, o relatório preparado pelo Conselho de Administração, que relata os aspectos mais significativos das actividades e acções que foram e serão desenvolvidas pela Fundação.

Ressalvamos que o Parecer deste Conselho Fiscal está suportado na opinião emitida (que anexamos) sobre as demonstrações financeiras supra referidas pelo vogal Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., em resultado da incumbência que lhe foi atribuída face às competências técnicas que detém.

Face ao exposto, damos o nosso Parecer no sentido de que sejam aprovados o Relatório de Actividades emitido pelo Conselho de Administração e as contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

Lisboa, 26 de Março de 2020

O CONSELHO FISCAL,



Dr. Henrique Soares dos Santos
Presidente



Dr.ª Paula Prado Rosa
Vogal



ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS - SROC, S.A.
Representada por: Dr. João Carlos Miguel Alves (R.O.C. n.º 896)

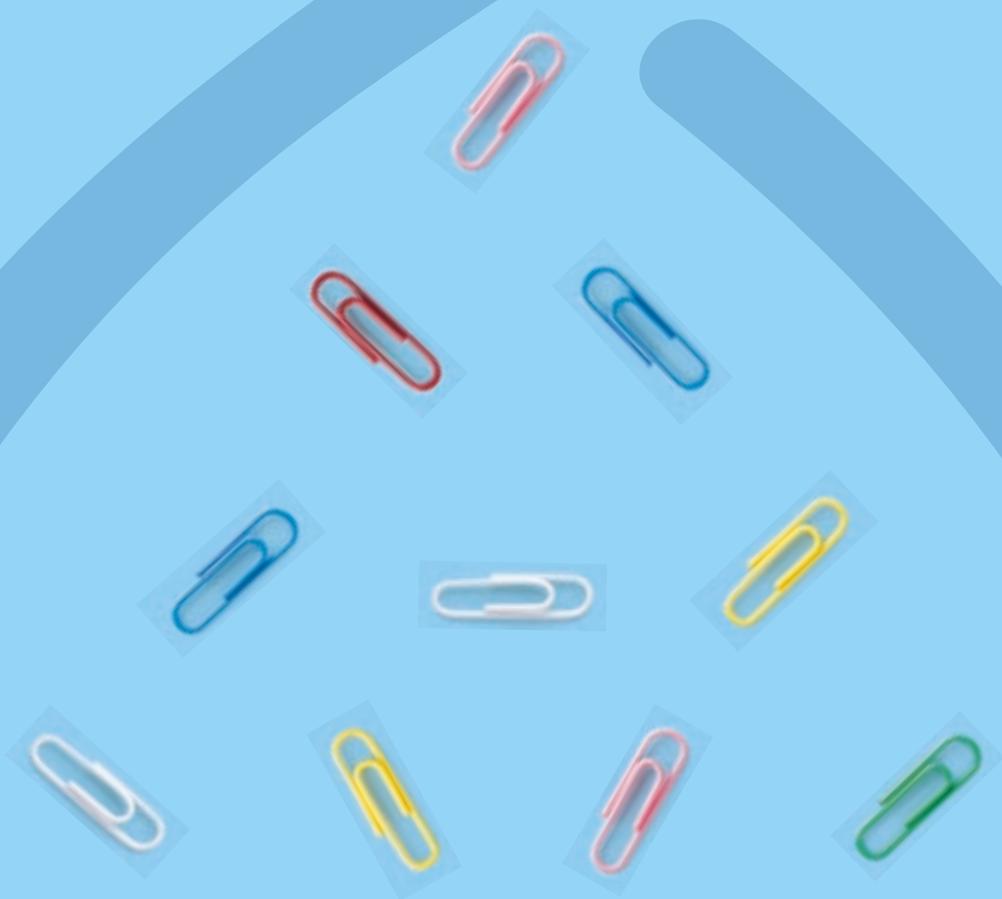


ANOS

Ao encontro
dos portugueses



Anexos





Carta de Princípios

A Fundação Francisco Manuel dos Santos propõe-se pensar, estudar e contribuir para o melhor conhecimento da realidade portuguesa. É seu propósito colaborar no esforço de resolução dos problemas da sociedade, em benefício de todos os Portugueses e das gerações futuras.

Para alcançar esse objectivo, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas que, obedecendo aos mais elevados padrões de rigor e qualidade, permitam uma melhor compreensão da realidade, apresentem soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundem o debate em torno dos grandes problemas nacionais e contribuam para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

A actividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos será norteadada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos actuará com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos são os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos considera essencial promover um envolvimento mais activo da sociedade civil na reflexão e na resolução dos problemas nacionais, pelo que envidará todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projectos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade

portuguesa informação clara, objectiva e rigorosa sobre os resultados das suas actividades, garantindo ainda a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas actividades.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos entende que a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações é um objectivo tão importante quanto a realização de estudos e trabalhos de investigação.

Na prossecução das suas actividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pelos Fundadores.

ANEXO II

Estatutos

Artigo 1.º (Natureza)

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, criada pela sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A. (Fundadora), é uma pessoa colectiva de direito privado, sem fins lucrativos, que se rege pelos presentes Estatutos e, no que neles for omissos, pela Lei Portuguesa.

Artigo 2.º (Fins e Objecto)

1. O fim primordial da Fundação é o de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas. Com esse propósito fundamental, sem prejuízo da realização de outras actividades adequadas à prossecução dos seus fins, a Fundação promoverá estudos em diversas áreas, elaborando análises sobre temas seleccionados, publicando os resultados, formulando recomendações e fomentando a discussão pública sobre as matérias que são objecto dos trabalhos.

2. As áreas abrangidas serão as mais variadas, com especial relevo para:

- a) População e demografia;
- b) Condições sociais e económicas das famílias e das pessoas;
- c) O desenvolvimento económico, social e humano;
- d) Identidade nacional e cultural;
- e) O Estado, a Administração Pública, as instituições democráticas e a organização do território;
- f) A Justiça, os Direitos e deveres dos cidadãos;
- g) O Estado de protecção social, a Saúde, a Educação e a Segurança social;
- h) As políticas públicas;
- i) A sociedade civil, as instituições privadas, as associações e as empresas.

3. Os projectos a realizar pela Fundação deverão satisfazer os mais elevados

critérios de rigor científico e independência de análise; traduzir uma real pluralidade de opiniões; garantir a liberdade crítica e de expressão dos seus autores; ter como prioridade as questões relevantes da sociedade.

4. A Fundação será independente de organizações e interesses políticos, partidários, económicos, religiosos e outros.

5. A Fundação aprovará uma Carta de Princípios e um Código de Boas Práticas, documentos esses que serão amplamente divulgados e incluirão normas e regras de conduta que os titulares dos órgãos sociais se comprometerão a cumprir e fazer cumprir.

Artigo 3.º (Exclusões)

A Fundação não poderá conceder donativos ou por outros meios promover quaisquer actividades de prestação de cuidados de saúde, beneficência, desporto, criação artística, expressão cultural, educação, formação académica ou profissional, investigação científica individual, nem contribuir para custos gerais e correntes de entidades ou organizações, construção de edifícios, aquisição de equipamentos e viaturas, aluguer de instalações, participação em conferências e congressos, espectáculos, actividades de cariz político ou partidário, associativismo profissional, nem colaborará em apelos públicos de recolha de fundos,

organização de exposições ou museus e preservação do património cultural ou edificado.

Artigo 4.º (Duração)

A Fundação tem duração ilimitada.

Artigo 5.º (Sede)

A Fundação tem sede no Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 1099-081 Lisboa, freguesia de Campolide, Concelho de Lisboa.

O Conselho de Administração poderá criar delegações ou outras formas de representação onde for considerado necessário ou conveniente para a realização do seu fim.

Artigo 6.º (Património)

1. O património da Fundação é constituído:

- a) Por um capital inicial próprio de € 1 000 000,00 (um milhão de euros), que a Fundadora lhe destinou;
- b) Pelas dotações que vierem a ser contratadas com a Fundadora;
- c) Pelo produto, em bens ou direitos, de quaisquer subsídios, donativos, heranças, legados ou cedências a título gratuito, de quaisquer entidades, públicas ou privadas, portuguesas ou estrangeiras;

- d) Por todos os bens, móveis ou imóveis, e direitos que a Fundação venha por outro modo a adquirir;
- e) Pelos rendimentos resultantes da gestão do seu património;
- f) Pelo produto dos empréstimos que venha a contrair;
- g) Pelos rendimentos provenientes dos serviços prestados no desenvolvimento da sua actividade.

2. Para todos os efeitos, é expressa vontade da Fundadora conferir a natureza de rendimentos da Fundação aos benefícios económicos referidos nas alíneas b) a g) do número anterior, bem como a quaisquer outros benefícios económicos auferidos pela Fundação com excepção dos relacionados com o capital inicial próprio referido na alínea a) do número anterior ou outros a que seja especificamente atribuída a natureza de capital próprio.

Artigo 7.º (Investimentos e Contribuições)

A Fundação pode alienar e onerar bens ou direitos e contrair obrigações, bem como realizar investimentos, nos termos que a sua administração julgue adequados à prossecução dos seus fins ou à realização de uma aplicação mais produtiva ou segura dos valores do seu património.

A Fundação não pode aceitar doações, heranças ou legados sujeitos a condição

ou a encargo que contrariem o seu objecto, finalidade e independência.

Artigo 8.º (Órgãos da Fundação)

São órgãos da Fundação o Conselho de Curadores, o Órgão de Fiscalização, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

Artigo 9.º (Conselho de Administração)

1. O Conselho de Administração é composto por cinco a onze membros, sempre em número ímpar, um dos quais será o Presidente, dele fazendo parte a Comissão Executiva conforme previsto no artigo 11.º.

2. O mandato dos membros do Conselho de Administração é de cinco anos, sendo renovável até duas vezes.

3. O Presidente e os restantes membros do Conselho de Administração são eleitos pelo Conselho de Curadores, sob proposta do Presidente deste.

4. Se um membro do Conselho de Administração for membro do Conselho de Curadores, suspende o respectivo mandato neste último Conselho, enquanto exercer aquelas funções.

5. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria, tendo o Presidente voto de qualidade.

Artigo 10.º (Competência do Conselho de Administração)

1. Compete em especial ao Presidente do Conselho de Administração promover os projectos tendentes à realização dos fins da Fundação.

2. Compete ainda ao Presidente do Conselho de Administração, sempre que considerar adequado, propor ao Conselho de Curadores a adopção e/ou alteração de quaisquer formas de organização interna da Fundação.

3. Compete ao Conselho de Administração gerir o património da Fundação, bem como deliberar sobre propostas de alteração dos estatutos, de modificação e de extinção da Fundação e, em especial:

- a) Administrar o património da Fundação, praticando todos os actos necessários a esse fim, incluindo os actos previstos no n.º 1 do artigo 7.º;
- b) Aprovar os planos anuais de actividade, o relatório, balanço e contas do exercício, submetendo-os à aprovação do Conselho de Curadores;
- c) Aprovar o orçamento anual;
- d) Instituir e manter sistemas internos de controlo contabilístico, de forma a reflectirem, precisa e totalmente em cada momento, a situação patrimonial e financeira da Fundação;

- e) Deliberar sobre a abertura de delegações ou outras formas de representação;
- f) Proceder à aceitação de donativos, patrocínios, participações e subsídios destinados a projectos concretos da Fundação.

Artigo 11.º (Comissão Executiva)

1. A Comissão Executiva faz parte do Conselho de Administração e é constituída por um presidente e quatro vogais. O Presidente da Comissão Executiva pode acumular funções com as de Presidente do Conselho de Administração.

2. A Comissão Executiva é eleita pelo Conselho de Administração na primeira reunião do mesmo que tiver lugar, excepto se os seus membros tiverem já sido expressamente designados pelo Conselho de Curadores no âmbito da eleição do Conselho de Administração.

3. Competem, em geral, à Comissão Executiva funções de gestão corrente da Fundação e, em especial:

- a) Contratar, gerir e dirigir o pessoal;
- b) Avaliar e aprovar propostas de projectos ou actividades e todos os respectivos termos e condições, aprovar a concessão de subsídios, apoios ou empréstimos a projectos específicos e quaisquer outras despesas da Fundação;



c) Tomar todas as decisões e exercer todas as funções que não estejam expressamente cometidas a outro órgão.

4. As deliberações da Comissão Executiva são tomadas por maioria, tendo o Presidente voto de qualidade.

Artigo 12.º (Vinculação da Fundação)

1. O Conselho de Administração representa a Fundação, em juízo ou fora dele, com poderes de delegação em qualquer dos vogais do Conselho de Administração.

2. A Fundação obriga-se pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração, um dos quais deverá ser membro da Comissão Executiva.

3. O Conselho de Administração, bem como a Comissão Executiva podem constituir mandatários, delegando-lhes competência, podendo, nesse caso, a Fundação ficar obrigada pela assinatura conjunta de um membro do Conselho de Administração e de um mandatário nos termos estabelecidos no mandato.

Artigo 13.º (Conselho de Curadores)

1. O Conselho de Curadores é composto por cinco a nove Membros, designados de entre personalidades de mérito reconhecido e integridade moral comprovada e com competência nos domínios adequados ao desempenho das actividades da Fundação.

2. O Presidente do Conselho de Curadores é designado pela Fundadora, enquanto esta tiver existência jurídica. Se a Fundadora não tiver existência jurídica no momento da designação, o Presidente será eleito por maioria dos votos dos membros do próprio Conselho de Curadores.

3. Os demais membros do Conselho de Curadores são designados por deliberação do próprio Conselho, sob proposta do Presidente do Conselho de Curadores.

4. O mandato dos membros do Conselho de Curadores terá a duração de cinco anos, podendo ser prorrogado uma única vez por idêntico período. Pode, no entanto, o mandato de qualquer dos membros ser renovado para além do segundo período, por proposta do Presidente do Conselho de Curadores e deliberação por maioria de dois terços dos seus membros.

5. A limitação de mandatos prevista no número anterior não se aplica ao Presidente do Conselho de Curadores.

6. O mandato dos membros do Conselho de Curadores cessa:

- a) Por decurso do tempo, conforme disposto no número 4;
- b) Por morte ou incapacidade permanente;
- c) Por renúncia por carta dirigida ao Presidente do Conselho de Curadores;

d) Por exclusão deliberada em escrutínio secreto por maioria de dois terços dos membros do Conselho em funções, com fundamento em indignidade, falta grave ou desinteresse manifesto no exercício das funções.

7. O Conselho de Curadores reúne, pelo menos, uma vez por semestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente, de sua iniciativa ou a pedido do Presidente do Conselho de Administração ou da maioria dos membros do Conselho de Curadores.

8. Os membros do Conselho de Curadores podem fazer-se representar nas reuniões por outro membro, mediante comunicação escrita previamente dirigida ao Presidente, com excepção das votações a que se refere o artigo 16.º.

9. As funções de membro do Conselho de Curadores não são remuneradas, sendo-lhes, no entanto, atribuídas subvenções de presença e de transporte e ajudas de custo.

10. Salvo disposição em contrário, as deliberações do Conselho de Curadores são tomadas por maioria, tendo o seu Presidente voto de qualidade.

11. Os membros do Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva podem participar nas reuniões do Conselho de Curadores, a convite do respectivo Presidente, sem direito de voto.

Artigo 14.º (Competência do Conselho de Curadores)

1. Compete ao Conselho de Curadores:

- a) Garantir a manutenção dos princípios orientadores da Fundação e aprovar as linhas gerais do seu funcionamento e da prossecução dos seus fins;
- b) Designar, nos termos do artigo 9.º, n.º 3, os membros do Conselho de Administração;
- c) Destituir os membros do Conselho de Administração;
- d) Deliberar sobre as propostas do Presidente do Conselho de Administração, apresentadas nos termos do Artigo 10.º, n.º 2, quanto à adopção e/ou alteração de quaisquer formas de organização interna da Fundação, através da adopção de regulamentos internos, resoluções ou qualquer outro modo considerado conveniente;
- e) Designar os seus próprios membros, nos termos do artigo 13.º;
- f) Apreciar e aprovar o relatório, balanço e contas do exercício preparados pelo Conselho de Administração;
- g) Designar o Órgão de Fiscalização, nos termos do artigo 15.º;
- h) Definir o estatuto remuneratório dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como o valor das subvenções e ajudas de custo dos seus próprios membros, através de uma comissão composta por três

membros do Conselho de Curadores, um dos quais o respectivo Presidente;

i) Aprovar a aceitação de donativos, subsídios, heranças ou legados de quaisquer entidades, fora dos casos previstos no artigo 11.º, n.º 3, c), quer impliquem ou não para a Fundação a constituição de encargos ou o estabelecimento de condições.

2. A comissão referida na alínea h) do número anterior é eleita pelo Conselho de Curadores, sob proposta do Presidente, que também preside à mesma, e delibera sob a sua proposta.

Artigo 15.º (Fiscalização)

1. A fiscalização da Fundação é exercida por um Conselho Fiscal composto por um Presidente e dois vogais.
2. O órgão de fiscalização é designado pelo Conselho de Curadores, sob proposta do Presidente deste, tendo os mandatos a duração de cinco anos.
3. Compete ao órgão de fiscalização:
 - a) Examinar e emitir parecer, anualmente, sobre o balanço e contas do exercício a aprovar pelo Conselho de Administração e pelo Conselho de Curadores;
 - b) Verificar periodicamente a regularidade da escrituração da Fundação;
 - c) Examinar e emitir parecer, trimestralmente, sobre as contas apresentadas pela Comissão Executiva.

Artigo 16.º (Modificação dos Estatutos, Transformação e Extinção)

1. A modificação dos presentes Estatutos e transformação e extinção da Fundação só podem ser deliberadas sob proposta do Presidente do Conselho de Curadores, mediante aprovação em reunião conjunta do Conselho de Administração e do Conselho de Curadores, tomada nos seguintes termos, sem prejuízo das disposições legais em vigor sobre a matéria:
 - a) A proposta terá de obter os votos favoráveis da maioria dos membros em efectividade de funções de cada um daqueles Conselhos, individualmente considerados; e sem prejuízo da anterior alínea a), a proposta terá ainda de obter os votos favoráveis de dois terços da totalidade dos membros dos referidos Conselhos em efectividade de funções, conjuntamente considerados;
 - b) Em caso de extinção, o património da Fundação terá o destino que, por deliberação conjunta dos órgãos referidos no número anterior, for julgado mais conveniente para a prossecução do fim para que foi instituída, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis quanto ao destino dos bens em caso de extinção.

Artigo 17.º (Vontade da Fundadora)

Os presentes Estatutos reflectem integralmente a vontade da sociedade Fundadora e quaisquer dúvidas que surjam quanto à interpretação ou aplicação dos mesmos deverão ser resolvidas pela mesma ou, caso esta não tenha existência jurídica, pelo Conselho de Curadores.

ANEXO III

Declaração de Princípios e Código de Boas Práticas

I – DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, constituída a 12 de Fevereiro de 2009, é uma instituição sem fins lucrativos que tem como fim primordial promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas. A Fundação acredita que o incremento do pensamento e do estudo sobre a realidade nacional pode contribuir decisivamente para o seu melhor conhecimento e, dessa forma, para a resolução dos seus problemas,

em benefício de todos os Portugueses da geração presente e das gerações futuras.

Com vista a alcançar estes seus propósitos, e sem prejuízo da realização de outras iniciativas adequadas à prossecução dos seus fins, a Fundação Francisco Manuel dos Santos dedica-se e continuará a dedicar-se a promover a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas nas mais diversas áreas, que – assegurando os mais elevados padrões de rigor científico, qualidade e independência de análise – tenham por escopo elaborar uma análise profunda e conhecedora de temas relevantes para a nossa sociedade, apresentando soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundando o debate em torno dos grandes problemas nacionais, e, desse modo, contribuindo para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

Por meio destas obras, estudos e projectos – os quais, por imperativo inderrogável, devem traduzir uma real pluralidade de opiniões e garantir a liberdade crítica e de expressão dos seus autores – a Fundação Francisco Manuel dos Santos espera melhorar o conhecimento da realidade nacional, sobretudo junto da sociedade civil, cujo envolvimento activo na reflexão e na resolução dos problemas nacionais se afigura essencial para a sua digna resolução.



Aliás, justamente com vista a promover esse envolvimento, a Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se ainda a envidar todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projectos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade portuguesa informação clara, objectiva e rigorosa sobre os resultados das suas actividades e iniciativas, garantindo ainda, deste modo, a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas actividades. Para além disso, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá ainda a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações, cuja concretização considera tão importante quanto a realização dos estudos e trabalhos de investigação acima mencionados.

As áreas nas quais a Fundação Francisco Manuel dos Santos pretende focar a sua actividade são muito variadas, embora se devam destacar – por consistirem naquelas onde a intervenção da Fundação Francisco Manuel dos Santos assume tendencialmente maior relevo – as áreas da demografia e população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos

cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, instituições públicas, grandes serviços públicos, relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social.

A actividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos é, e sempre será, norteada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos actua, e sempre actuará, com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos funcionarão como os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

Na prossecução das suas actividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pela Fundadora.

II – CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS

Introdução e Princípios Gerais

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, adiante designada “Fundação” ou “FFMS”, rege-se pelos seus Estatutos, pela sua Carta de Princípios e pelo presente Código de Boas Práticas.

A Fundação rege-se:

- a) pelo princípio da transparência de normas e procedimentos, sendo públicos todos os seus códigos, regulamentos e dispositivos normativos, e devendo as actas das reuniões dos seus órgãos estatutários reproduzir integral e fidedignamente o que nelas ocorreu;
- b) pelo princípio democrático, sendo as decisões dos seus órgãos colegiais tomadas por maioria e igualdade de votos, com voto de qualidade nos casos especificamente previstos;
- c) pelo princípio da lealdade institucional, cabendo a todos os titulares de órgãos estatutários e colaboradores da FFMS o cumprimento dos princípios e da missão da Fundação e, bem assim, dos seus regulamentos e normas e das deliberações dos seus corpos directivos, devendo ainda agir de acordo com padrões de boa-fé, diligência, responsabilidade, zelo e cuidado, e ainda por elevados princípios éticos de integridade e lealdade, em conformidade com os princípios de ética e conduta

profissionais elencados no presente Código de Boas Práticas;

- d) pelos princípios da verdade e da legalidade, assumindo a Fundação o compromisso de que toda a informação por si prestada é actual, objectiva, verdadeira, clara e completa, respeitando as disposições legais, regulamentares e contratuais aplicáveis.

Âmbito de aplicação

Salvo disposição em contrário, o Código de Boas Práticas da Fundação é aplicável a todos os titulares dos seus órgãos estatutários e a todos os colaboradores, constituindo também uma referência para o público no que se refere aos padrões de ética e conduta exigíveis à Fundação.

Princípios e regras funcionais

Relação com o público

A conduta dos titulares dos órgãos estatutários e dos colaboradores da Fundação nas relações com os beneficiários da acção da FFMS deve pautar-se por práticas honestas, transparentes, esclarecidas, profissionais e diligentes por forma a desenvolver vínculos de confiança e credibilidade, dessa forma contribuindo para o sucesso e fiabilidade da Instituição.



Relação com entidades externas à Fundação

Os contactos, formais ou informais, com representantes de outras instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, devem sempre reflectir as orientações e as posições da Fundação, devendo os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores pautar o seu relacionamento por critérios de qualidade, integridade, cortesia e transparência.

Seleção e recrutamento de colaboradores e fornecedores

A Fundação selecciona os seus colaboradores e fornecedores mediante uma avaliação objectiva e transparente, tendo por critérios, nomeadamente, o seu mérito, as condições de prestação de serviços e de fornecimento, a garantia de qualidade nos bens e serviços prestados e o cumprimento das melhores práticas ambientais.

Missão

Todos os colaboradores são indispensáveis à prossecução da missão e dos fins estatutários da Fundação, que se pretende sejam desenvolvidos de forma sustentada e alicerçados na criação de uma cultura baseada nos valores da confiança, respeito mútuo, responsabilização e desenvolvimento de objectivos e, bem assim, de disciplina laboral.

Ambiente de trabalho e cultura organizativa

A Fundação assume como objectivos prioritários a criação e manutenção de um clima organizacional e social de bem-estar que estimule o desenvolvimento profissional e pessoal de cada indivíduo e, bem assim, que reconheça e premeie o esforço e a contribuição individual e colectiva com vista à prossecução da sua missão.

Acção social

A Fundação assume o compromisso de desenvolver uma política de acção social efectiva e de integração social tendo em vista responder às necessidades dos colaboradores, com o objectivo de melhorar o seu bem-estar e qualidade de vida.

Proibição de discriminação

Na sua actuação, todos os titulares dos órgãos estatutários e colaboradores da Fundação não podem praticar actos que envolvam qualquer tipo de discriminação ou assédio, nomeadamente com base nas ligações pessoais ou familiares, raça, género, idade, orientação sexual, capacidade física, convicções ideológicas, religiosas ou outras.

Proibição de comportamentos ofensivos

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem, igualmente, abster-se do uso de linguagem imprópria ou inadequada e de outros comportamentos que, por acção ou omissão, possam ser considerados ofensivos pelos colaboradores ou que substanciem qualquer pressão que possa razoavelmente ser considerada abusiva.

Protecção de dados pessoais

1. A Fundação assume o compromisso de proteger os dados pessoais que, em razão da sua natureza e actividade específica, tenha acesso e/ou seja depositária, obrigando-se ao cumprimento do dever de confidencialidade, não podendo os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores, por qualquer forma, divulgar, transmitir ou utilizar dados pessoais e/ou informação confidencial, excepto se no âmbito normal das suas funções e/ou em cumprimento da lei ou de decisão judicial transitada em julgado.
2. Quando verificadas as excepções antecedentemente previstas, os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação conformarão estritamente a sua conduta às normas legais e às melhores práticas em matéria de tratamento de protecção de dados pessoais e informação confidencial.

Higiene, segurança e saúde no trabalho

Os colaboradores da Fundação devem cumprir as ordens e instruções dos seus superiores hierárquicos em matéria de higiene, segurança e saúde no trabalho, devendo, nomeadamente, abster-se do consumo de álcool ou substâncias ilícitas no exercício das suas funções.

Protecção ambiental

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem adoptar as melhores práticas de protecção ambiental, nomeadamente promovendo uma gestão eco-eficiente, de forma a minimizar o impacto ambiental das actividades e uma utilização responsável dos recursos da Fundação.

Dever de zelo e rigor técnico e profissional

Os colaboradores da Fundação devem exercer a sua actividade com o máximo zelo e rigor técnico e profissional, promovendo a melhoria contínua dos padrões de qualidade do serviço prestado pela FFMS, deles se esperando, nomeadamente:

- a) Que conheçam e actuem de acordo com as normas e instruções aplicáveis ao exercício da sua função;
- b) Que procurem continuamente aperfeiçoar e melhorar os seus conhecimentos.



Dever de informação e reporte

Sempre que possível, e de acordo com critérios de razoabilidade e prudência, devem os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação reportar quaisquer actos em desconformidade com a lei e o presente Código, nomeadamente de pressão abusiva ou de assédio, de que tenham conhecimento, não podendo, por isso, ser punidos ou prejudicados.

Dever de informação funcional

1. Para além do adequado desempenho das tarefas de que forem incumbidos, os colaboradores da Fundação deverão proceder de forma transparente, mantendo os seus superiores hierárquicos e outros colaboradores intervenientes nos mesmos processos ao corrente do seu trabalho.
2. É contrária ao dever de lealdade institucional a omissão de factos ou informações que possam afectar o bom nome, a integridade, ou a qualidade dos serviços prestados pela Fundação, os quais devem ser sempre reportados de acordo com critérios de prudência e razoabilidade e pelos canais hierárquicos adequados.

Reserva funcional e dever de sigilo profissional

1. Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação não podem divulgar ou transmitir informações obtidas no desempenho das

suas funções, nem a pessoas externas à Fundação, nem a outros colaboradores que delas não necessitem para o cumprimento das suas funções.

2. É igualmente vedada aos titulares dos órgãos estatutários e aos colaboradores da FFMS a utilização de informação a que tenham acesso no desempenho das suas funções para promover interesses próprios ou de terceiros.

Recursos da Fundação

1. Cada um dos titulares dos órgãos estatutários e dos colaboradores da Fundação é responsável pelo uso adequado e protecção dos activos e dos recursos da FFMS, ficando, assim, obrigado a utilizar tais activos e recursos para o respectivo fim social e a proteger os mesmos contra fraude, furto, alteração ou perda decorrente de actos próprios e/ou de terceiros, velando pela sua conservação e pelo seu bom uso.
2. Compete aos órgãos estatutários e, em particular, aos responsáveis pela gestão dos recursos da Fundação adoptar procedimentos e conduta que assegurem a prudência e um uso parcimonioso dos meios disponíveis, o combate ao desperdício e a proscricção de despesas voluptuárias e gastos incompatíveis com o perfil e a missão da FFMS.
3. Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem

respeitar e proteger o património da Fundação. Os recursos da Fundação devem ser utilizados de forma eficiente, com vista à prossecução dos objectivos definidos e não para fins pessoais, devendo os colaboradores zelar pela sua protecção e bom estado de conservação e não permitir a utilização abusiva por terceiros dos seus serviços, equipamentos e instalações.

4. Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem ainda, no âmbito da sua actividade, adotar todas as medidas adequadas e justificadas no sentido de limitar os custos e despesas da Fundação, com a finalidade de permitir a utilização mais eficiente dos recursos disponíveis.

Proibição de percepção de ofertas ou outros benefícios

1. Em respeito pelos princípios da transparência, da imparcialidade e da independência, os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação estão impedidos de receber quaisquer ofertas, pagamentos ou outros benefícios de cliente, fornecedor e/ou beneficiário, que de qualquer forma se relacionem com a sua actividade na Fundação.

2. Nestes termos, é declarada como norma a recusa deliberada de ofertas cujo valor de mercado exceda os € 150,00.

Corrupção

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem opor-se activamente a todas as formas de corrupção, activa ou passiva, tendo especial atenção a quaisquer formas de pagamentos, favores e cumplicidades que possam induzir a criação de vantagens ilícitas, tais como ofertas ou recebimentos de fornecedores ou outras entidades.

Conflito de interesses

1. Entende-se que existe conflito de interesses, actual ou potencial, sempre que os titulares dos órgãos estatutários ou os colaboradores permanentes da Fundação tenham um interesse pessoal ou privado, directo ou indirecto, em determinada matéria que possa influenciar, directa ou indirectamente, o desempenho imparcial e objectivo das suas funções ou por qualquer forma entre, potencial ou efectivamente, em conflito com o interesse da Fundação no âmbito de uma determinada deliberação, e, bem assim, de quaisquer circunstâncias relativas ao titular de órgão estatutário ou ao colaborador em causa ou a um terceiro susceptíveis de, naquele contexto, limitar por qualquer forma a sua imparcialidade.

2. Por interesse pessoal ou privado entende-se qualquer potencial vantagem para o próprio, para os seus familiares e afins, para o seu círculo de amigos, para



outro titular de órgão estatutário ou colaborador permanente da Fundação, para empresa em que tenha interesses ou instituição a que pertença.

3. Os eventuais conflitos de interesses deverão ser imediatamente comunicados, consoante os casos, ao superior hierárquico, ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente do Conselho de Curadores.
4. Se o superior hierárquico, o Presidente do Conselho de Administração ou o Presidente do Conselho de Curadores concluir pela existência de um conflito de interesses, depois de analisada a situação exposta pelo administrador em questão, decidirá que este não participa na discussão e/ou votação das deliberações em apreço ou meramente relacionadas.
5. As actas das reuniões dos órgãos estatutários da Fundação deverão reproduzir qualquer situação de conflito de interesses assumida pelos respectivos membros.
6. Os titulares dos órgãos estatutários deverão, consoante os casos, enviar ao Presidente do Conselho de Curadores ou ao Presidente do Conselho de Administração, nos 30 dias subsequentes à entrada em vigor do presente Código, uma lista das instituições ou empresas das quais sejam membros ou nas quais ocupem qualquer função, bem como proceder à sua actualização sempre que se verificarem quaisquer alterações.

7. Será criado um Registo de Interesses através de um Regulamento, divulgado na página oficial da Fundação na Internet.

Exclusividade

1. O exercício pelos colaboradores ou membros da Comissão Executiva de quaisquer actividades profissionais externas à Fundação, remuneradas e não remuneradas, deverá ser sempre previamente autorizado pelo Conselho de Administração.
2. Os colaboradores ou membros da Comissão Executiva poderão exercer actividades científicas ou académicas, podendo dedicar-se à docência ou à investigação, proferir conferências, redigir livros ou artigos de natureza técnico-científica ou desenvolver outras actividades da mesma natureza, mesmo quando o tema se relacione com o âmbito das suas atribuições profissionais, e ainda exercer funções não executivas em outras instituições.
3. O exercício de uma actividade profissional externa que diminua substancialmente o tempo disponível dos colaboradores ou membros da Comissão Executiva para o exercício das suas atribuições deverá reflectir-se, necessariamente, na respectiva remuneração.
4. Os colaboradores ou membros da Comissão Executiva da Fundação deverão comunicar ao Presidente do

Conselho de Administração todas as funções que exercem, a título remunerado ou não remunerado, noutras instituições.

Incompatibilidades

1. São incompatíveis com o exercício das suas atribuições como colaboradores ou membros da Comissão Executiva da Fundação, nomeadamente, os seguintes cargos ou funções:

- a) Titular ou membro de qualquer órgão de soberania;
- b) Função executiva ou consultiva em outras fundações.

2. O Conselho de Administração deliberará caso a caso quanto ao exercício de funções executivas em empresas públicas ou privadas pelos membros da Comissão Executiva.

Actividades Políticas

1. No exercício de actividades cívicas ou políticas, os colaboradores e os titulares dos órgãos estatutários da Fundação devem preservar a independência da FFMS e não comprometer a sua capacidade e a sua aptidão para prosseguir as suas atribuições nos termos dos respectivos Estatutos.

2. Os membros da Comissão Executiva, Coordenadores e Consultores de Área não podem fazer parte de quaisquer órgãos de direcção política ou executiva nacional nem ser porta-vozes de partidos políticos.

Disposições finais

Publicidade

1. O Código de Boas Práticas da Fundação é público e deverá ser divulgado e colocado à disposição de todos os colaboradores, em suporte electrónico através da Intranet, e prevê a possibilidade de, através de um processo continuado e participativo, se proceder à sua actualização e adaptação.

2. A Fundação deverá adoptar medidas eficazes para informar o público sobre o presente Código, designadamente disponibilizando-o na sua página oficial na internet.

3. No processo de admissão de colaboradores da Fundação deverá constar a declaração de conhecimento e aceitação do presente Código.

Sanções

A violação de qualquer norma ou princípio subjacente e imanente ao presente Código de Boas Práticas pode implicar para o incumpridor a abertura de procedimento disciplinar.

Dúvidas e omissões

1. Para esclarecimento de dúvidas que se coloquem a propósito das matérias objecto do presente Código, para a comunicação de qualquer irregularidade ou para a resolução de eventuais problemas será nomeado um Curador que



ficará especialmente responsável pela aplicação do presente Código, devendo ser-lhe veiculado directamente qualquer pedido de esclarecimento, queixa ou outros assuntos que os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação considerem ser de colocar junto do Conselho de Administração ou do Conselho de Curadores.

2. Nas situações omissas no presente Código, compete ao Conselho de Administração ou ao Conselho de Curadores, consoante os casos, deliberar em harmonia com a Carta de Princípios da Fundação.

Entrada em vigor

O presente Código entra em vigor na data da sua divulgação por todos os colaboradores e serviços da Fundação e obriga, sem excepção, todos aqueles abrangidos pelo seu âmbito tal como nele definido, não lhes sendo lícito a invocação de desconhecimento e/ou obscuridade como causa de exclusão de culpa e/ou responsabilidade.

Alteração, modificação ou substituição

O presente Código apenas pode ser alterado, modificado ou substituído, total ou parcialmente, por deliberação conjunta do Conselho de Curadores e do Conselho de Administração da Fundação.

Declaração de Utilidade Pública de 2010 e Ratificação de 2013



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho

Declaração de Utilidade Pública

A **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, pessoa colectiva de direito privado n.º 508867380, com sede em Lisboa,

Promove e aprofunda o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas, através da elaboração de estudos sobre temas seleccionados, publicando os resultados no site Prodota, formulando recomendações e fomentando a discussão pública sobre as matérias que são objecto dos trabalhos, com especial relevo nas áreas da demografia e da população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, as cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, as instituições públicas, os grandes serviços públicos, as relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social.

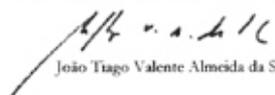
Instituída e reconhecida há cerca de um ano, a Fundação Francisco Manuel dos Santos prossegue, assim, fins de interesse geral e desenvolve, sem fins lucrativos, a sua intervenção em favor da comunidade em áreas de relevo social.

Tratando-se de uma fundação, não tem aplicação o prazo de três anos previsto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro, o qual podia, no entanto, ser dispensado visto estarem reunidas as condições das alíneas a) e b) do n.º 3 do mesmo artigo.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 132/UP/2009 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, e no uso dos poderes que me foram subdelegados pelo Ministro da Presidência através do Despacho n.º 4213/2010, de 26 de Fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 48, de 10 de Março de 2010, declaro a Fundação Francisco Manuel dos Santos pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

Presidência do Conselho de Ministros, 12 de Março de 2010

O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros


João Tiago Valente Almeida da Silveira



Despacho n.º 3294/2013

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, pessoa coletiva privada n.º 508867380, com sede na Rua Tierno Galvan, freguesia de Santa Isabel, concelho e distrito de Lisboa, foi instituída por escritura pública de 12 de Fevereiro de 2009 e reconhecida por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 5 de junho de 2009.

Por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 12 de março de 2010, publicado no Diário de República, 2.ª série, n.º 57, de 23 de março de 2010, obteve a declaração de utilidade pública ao abrigo do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro.

Para cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo 6.º do diploma preambular da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, veio pedir a confirmação do estatuto de utilidade pública.

Assim, conforme exposto na informação dos serviços DAJD/76/2013 do processo administrativo n.º 53/VER/2012 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho da Ministros, e no uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 10503/2012, de 31 de julho de 2012, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 151, de 6 de agosto de 2012, confirmo o estatuto de utilidade pública da Fundação Francisco Manuel dos Santos, o qual passa a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.

29 de janeiro de 2013. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes*
3072013

Despacho de Autorização de Alteração Estatutária



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Registado c/ A.R.

Ex.ma Senhora
Dr.ª Isabel Mayer Martinha
Na qualidade de mandatária da
Fundação Francisco Manuel dos Santos
Rua Castilho, n.º 59, 4.º Dt.º
1250-068 Lisboa

S/ Referência	S/ Comunicação	N/ Referência	Ofício n.º	Data
		P.º 17/FUND/2016	3209/DAJD/2016	2016 DEZ 15

Assunto: Pedido de autorização de alteração estatutária

Relativamente ao assunto em epígrafe, junto remeto cópia do despacho autorizador proferido pela Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa em 13 do corrente mês de dezembro, bem como da informação ali referida, que leva anexo o texto dos estatutos.

Mais informo que deverá remeter a estes serviços, logo que disponível, cópia da escritura de alteração estatutária efetuada na sequência desta autorização.

Com os melhores cumprimentos

 A Secretária-Geral Adjunta

Catarina Romão Gonçalves


ANA SASSETTI da MOTA
Directora de Serviços
Assuntos Jurídicos e Documentação

Anexos:

- Cópia do despacho da SEAMA
- Cópia da informação DAJD/1186/2016

MJG

Mod - 4 FUND - notificação de autorização para alterar estatutos
Rua Professor Gomes Teixeira, n.º 2 - 1399-022 Lisboa
Tel.: +351 21 392 76 76

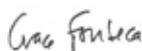
E-mail: fundacoes@se.pcm.gov.pt
URL: www.se.pcm.gov.pt



Despacho

No uso dos poderes delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 3440/2016, de 25 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março de 2016, ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 2553/2016, de 11 de fevereiro de 2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 35, de 19 de fevereiro, e com os fundamentos constantes da informação DAJD/1186/2016, que mereceu a concordância da Diretora de Serviços de Assuntos Jurídicos e Documentação e da Secretária-Geral Adjunta da Presidência do Conselho de Ministros, que faz parte integrante do processo administrativo n.º 17/FUND/2016-SGPCM, defiro o pedido de autorização de alteração estatutária apresentado pelos órgãos próprios da Fundação Francisco Manuel dos Santos, nos termos do artigo 189.º do Código Civil e do artigo 31.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro.

A Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa,



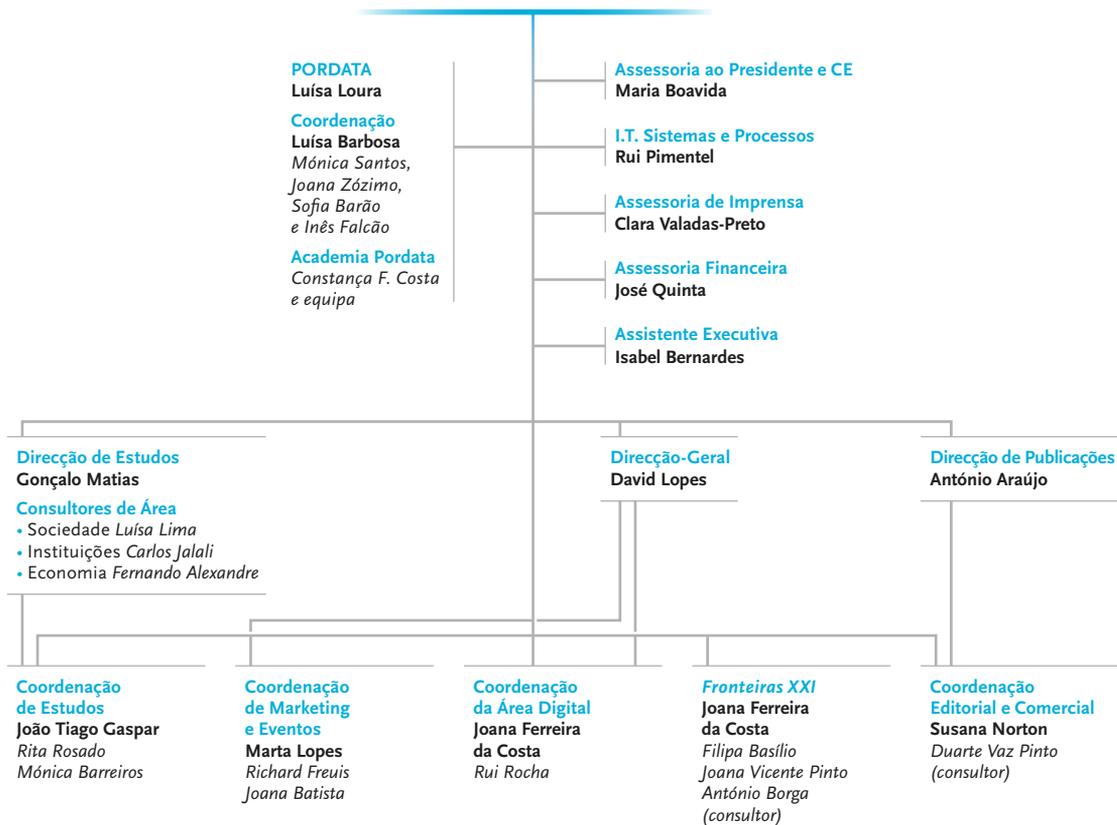
Graça Fonseca

Organigrama da Fundação a 31/12/2019



COMISSÃO EXECUTIVA (CE)

Presidente Jaime Gama
 Direcção-Geral David Lopes
 Direcção de Publicações António Araújo
 Direcção de Estudos Gonçalo Matias



Procedimentos para a Avaliação de Actividades da Fundação

1. A avaliação das actividades da Fundação será feita no cumprimento dos princípios de bom governo nos termos do número 5 do Artigo 2 dos Estatutos, nomeadamente a adequação aos objectivos e propósitos da Fundação; conformidade com os Estatutos, os Planos e os Orçamentos; isenção e independência científica, política e económica; relevância social, política ou cultural; seriedade e frugalidade; e prestação de contas.
2. A avaliação das actividades da Fundação tem como objectivo assistir o Conselho da Administração e a Comissão Executiva do Conselho da Administração no cumprimento das suas responsabilidades nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno, especificamente na tomada de decisões sobre actividades e publicações em curso, a manter, ou a desenvolver, assim como a cessar.
3. Em nenhum momento a avaliação das actividades da Fundação inibe o poder de decisão do Conselho da Administração e da Comissão Executiva do Conselho da Administração nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno.
4. As avaliações podem ser internas e externas.
5. As avaliações internas serão periódicas e assentam nos princípios da responsabilização interna e da prestação de contas.
6. As avaliações externas serão excepcionais e assentam nos princípios da transparência, da consulta externa, da isenção, da independência e da exogamia.
7. A avaliação das actividades da Fundação enquanto elemento de consulta e de suporte à decisão será competência da Comissão Executiva, excepto quando envolva um montante superior a 100 mil euros nos termos do Regulamento Interno.
8. A Comissão Executiva informará previamente o Conselho de Administração de todas as avaliações que pretende realizar e do seu curso, incluindo os seguintes elementos formais:
 - a) Tipo de avaliação;
 - b) Objectivo da avaliação;
 - c) Nome dos avaliadores;
 - d) Termos de referência da avaliação;
 - e) Calendário da avaliação;
 - f) Metodologia da avaliação.
9. A Comissão Executiva informará o Conselho de Administração de todas as avaliações realizadas e terminadas, cujos resultados e relatórios finais serão fornecidos aos membros do Conselho de Administração que os solicitarem.

10. Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno, o Conselho de Administração poderá solicitar à Comissão Executiva uma avaliação interna ou externa com o objectivo específico de assistir o Conselho de Administração no exercício das suas competências.

ANEXO VIII

Lista de *Sites* da Fundação

Portal e *Blog* da Fundação

www.ffms.pt

Reformulado em Abril de 2016, o portal institucional da Fundação é uma plataforma para acompanhar todas as conferências, edições, estudos e programa científico e onde se encontram também as publicações em formato *E-book*. O *site ffms.pt* dá acesso às diferentes bases de dados e *sites* da Fundação e é dotado de uma divisão funcional entre “*website*” e “*blog*”, permitindo assim alternar entre a zona onde a Fundação apresenta o seu directório de serviços e a sua agenda editorial, e a zona onde qualquer interessado entra numa sofisticada sala de leitura. Este novo espaço de partilha de reflexões e ideias contará com artigos de vários autores com diferentes abordagens ao leque de temas

sobre Portugal. Um aspecto crucial da nova plataforma da Fundação é a capacidade de ser consultada tanto em telemóvel como em tablet, estando assim os seus conteúdos disponíveis para uma audiência universal, independentemente dos meios de acesso utilizados. Para que o conhecimento esteja disponível onde e quando for necessário.

Pordata

www.pordata.pt

A Pordata foi apresentada ao público a 23 de Fevereiro de 2010 e é constituída por três bases de dados – Portugal, Europa e Municípios. Aqui encontram-se estatísticas provenientes de fontes oficiais e certificadas, com competências de produção de informação nas áreas respectivas. O esforço da Fundação consiste em recolher e organizar a informação existente, tornando-a mais acessível e clara para os utilizadores. Sempre que possível, apresentam-se dados desde 1960, e sobre diversos temas da sociedade, distribuídos por 2 900 quadros estatísticos.

Fronteiras XXI

www.frenteirasxxi.pt

Debater os grandes temas que desafiam Portugal e o mundo, colocando frente a frente conceituados especialistas e uma plateia seleccionada. É este o desafio do *Fronteiras XXI*, o programa mensal que resulta de uma parceria



entre a Fundação Francisco Manuel dos Santos e a RTP. Ao longo de 90 minutos, moderados pela jornalista da RTP Ana Lourenço, analisam-se os temas que marcam a actualidade, mas também outros menos mediáticos, que afectam o dia-a-dia dos cidadãos, falando-se do presente a pensar no futuro. No *site* amplia-se o debate realizado na televisão, desafia-se o público a saber mais sobre os temas em discussão e a participar no programa ao vivo ou *online*.

POP – Portal de Opinião Pública

www.pop.pt

Lançado em Fevereiro de 2013, o POP é um agregador de dados sobre os valores, atitudes e comportamentos dos europeus nos últimos 20 anos e resultou da colaboração entre a Fundação e o ICS (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa). Aqui pode analisar-se a evolução das opiniões ao longo do tempo, comparar a opinião pública entre povos e cruzar dois indicadores em simultâneo. Coligido com base em três grandes inquéritos europeus – Eurobarómetro, Inquérito Social Europeu e Estudo Europeu de Valores –, o *site* conta com mais de uma centena de indicadores sobre temas tão diversos como a Família, a Religião, a Política ou a Economia.

Direitos e Deveres do Cidadão

www.direitosedeveres.pt

Lançado em Abril de 2014, este portal destina-se a informar os cidadãos sobre os seus direitos e deveres, tanto na relação entre eles como com as autoridades e demais instituições. Um meio de informação acessível, organizado e prático, sobre os direitos e os deveres do cidadão nas variadas situações do dia-a-dia que podem ter implicações jurídicas.

Para que qualquer cidadão, independentemente da sua profissão ou formação, possa conhecer os seus direitos e deveres, é necessário que a informação seja acessível. Por isso, a utilização de uma linguagem simples e inequívoca é uma prioridade deste projecto.

Com perto de um milhar de perguntas e respostas, o portal organiza-se em nove grandes temas. Apesar de ser actualizado regularmente, a contínua produção legislativa, nacional e europeia, não permite uma correcção imediata das respostas contidas no Portal. Assim, todas as perguntas e respostas encontram-se devidamente identificadas com a data da última actualização. Este portal não pretende resolver casos concretos que necessitem de apoio legal ou jurídico. A sua consulta não substitui a consulta de advogados e outros especialistas do Direito.

Pordata Kids

www.pordatakids.pt

Online desde Setembro de 2015, a Pordata Kids é uma plataforma estatística dedicada a crianças entre os 8 e os 12 anos. Está dividida em 10 grandes temas que podem ser explorados navegando na “Cidade Pordata”. Muitas das estatísticas apresentadas acompanham metas curriculares, ajudando os professores a complementar as suas aulas com informações actualizadas e rigorosas sobre o país.

Cronologias do Portugal Contemporâneo

<http://cronologias.ffms.pt/>

Apresentado ao público em Fevereiro de 2016, neste *site* encontram-se mais de dez mil factos sobre os últimos 55 anos, histórias surpreendentes bem como os acontecimentos políticos, económicos e culturais mais relevantes entre 1960 e 2015. A RTP associou-se ao projecto disponibilizando o seu arquivo áudio e vídeo, havendo assim vários filmes ou notícias e peças de rádio em cada conteúdo. Por sua vez, o Círculo de Leitores dedicou-se à edição exclusiva desta obra em livro, produzindo cinco volumes, um por cada década.

Nascer em Portugal

<http://nascereportugal.ffms.pt/>

Apresentado publicamente em Maio de 2016, este projecto digital vem responder à pergunta “Temos menos filhos e cada vez mais tarde. Porquê?”. Partindo dos resultados do *Inquérito à Fecundidade 2013*, realizado no âmbito de uma parceria entre a Fundação e o INE, das estatísticas oficiais conhecidas e do estudo *Determinantes da Fecundidade em Portugal*, criou-se esta plataforma digital e interactiva, pensada para todos: homens e mulheres, mais ou menos novos, com ou sem filhos. A TVI24 associou-se ao projecto realizando reportagens que transportam o leitor para o campo da investigação jornalística sobre o tema. Apresentada de uma forma verdadeiramente inovadora, esta obra multimédia constitui-se como uma referência essencial para quem quiser saber mais sobre os porquês de ter ou não ter filhos em Portugal.

Portugal Desigual

<https://portugaldesigual.ffms.pt/>

Lançado em Setembro de 2016, em parceria com a SIC e o jornal *Expresso*, este projecto interactivo tem por base o estudo *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento*, da autoria de Carlos Farinha Rodrigues. Aqui encontram-se as principais



alterações ocorridas na distribuição do rendimento e nas condições de vida dos Portugueses ao longo do período de vigência do programa de ajustamento.

GPS – Global Portuguese Scientists

<https://gps.pt/>

Uma plataforma digital para sabermos quantos são, onde estão e como são os percursos dos cientistas portugueses espalhados pelo mundo. Apresentada publicamente em Novembro de 2016, a rede GPS tem como objectivo fomentar a colaboração entre cientistas portugueses que trabalham em diferentes países e aproximar a diáspora científica da sociedade portuguesa de modo a aumentar a sua visibilidade e reconhecimento em Portugal. Coordenado por David Marçal, o GPS é uma iniciativa da Fundação concretizada através de uma colaboração com a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica – Ciência Viva, a Universidade de Aveiro e a Altice Labs.

Educação em Exame

<https://educacaoemexame.pt/>

A partir de 2000, o PISA (*Programme for International Student Assessment*) permitiu tirar a fotografia aos sistemas educativos, revelar sucessos e expor fraquezas. Os resultados dos alunos portugueses melhoraram significativamente nestes testes internacionais, passando da cauda da OCDE para desempenhos

acima da média dos países da organização. Porquê? O que aconteceu para os resultados melhorarem? O *site Educação em Exame* apresenta os resultados do PISA, acrescentando dados de outras fontes. Aqui é disponibilizada uma visão única, comparada e evolutiva sobre o sistema educativo em Portugal nos últimos 15 anos, tendo em conta três eixos fundamentais: os alunos e as famílias; os professores e as escolas; e os recursos que o país dedica a esta área.

Sistema de Pensões

<https://sistemadepensoes.pt/>

Este *site* faz um retrato rigoroso do funcionamento e comportamento do sistema de pensões nacional e projecções sobre a evolução dos pensionistas ou dos gastos com despesa até 2070, com base no estudo *A Sustentabilidade Financeira e Social do Sistema de Pensões*, coordenado pelo investigador Amílcar Moreira. Com este *website*, de consulta fácil e interactiva, a Fundação pretende contribuir para um debate mais informado sobre o funcionamento do sistema de pensões e a sua sustentabilidade financeira e social. Um tema que é decisivo para o país e que tem sido alvo de grandes controvérsias e clivagens ideológicas, o que torna ainda mais premente um conhecimento rigoroso da realidade.

Sons da História

<https://sonsdahistoria.tsf.pt/>

Um mapa e arquivo histórico de sommas, sobretudo, das estórias e notícias que foram mudando o país e o mundo nos últimos 30 anos. O *site* multimédia e interativo “Sons da História” resulta de uma parceria da rádio TSF com a Fundação, que desta forma cumpre a sua missão de aprofundar o conhecimento sobre a realidade portuguesa. Dos sons das reportagens sobre o incêndio do Chiado à libertação de Nelson Mandela ou ao golo marcado pelo guarda-redes da selecção nacional, Ricardo, que deu a vitória a Portugal nos quartos de final do Euro 2004. O *site* foi lançado em Março de 2019.

As Mulheres em Portugal, Hoje

<https://www.ffms.pt/mulher-em-portugal>

Apresentada em Fevereiro de 2019, esta obra digital, de fácil consulta, permite conhecer, de forma inédita, quem são, como se sentem e o que pensam as mulheres que vivem em Portugal. Em nove áreas distintas é possível analisar a visão feminina sobre o trabalho pago e não pago, as aspirações, a conciliação e gestão dos filhos, a relação com a pessoa parceira ou até sobre a violência doméstica e de género. O projecto digital baseou-se no estudo feito pela Fundação, em parceria com a PRM Market Intelligence, que representa perto de 2,7 milhões de mulheres entre os 18 e os 64 anos.

ANEXO IX

Protocolos e Parcerias em Vigor a 31/12/2019

PROTOCOLOS E PARCERIAS

- Âmbito Cultural do El Corte Inglés
- APEL, Associação Portuguesa de Editores de Livros
- Arquivo da RTP
- Biblioteca Nacional de Portugal
- Câmara Municipal de Lisboa
- CMTV – Programa Falar Global
- Concelho Nacional de Educação (CNE)
- *Destak* (jornal)
- Escola Nacional de Saúde Pública, Universidade Nova de Lisboa
- Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
- FPCE – Universidade de Coimbra
- Fundação Altice
- Fundação Oceano Azul
- ICS da UL, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- IE da UL, Instituto de Envelhecimento da Universidade de Lisboa
- ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa
- *Jornal Económico*
- Oceanário
- Pavilhão do Conhecimento – Ciência Viva
- *Público* (jornal)
- Rádio Antena 1
- Rádio Renascença



- Rádio TSF
- Revista *Visão Saber*
- Rede de Bibliotecas Escolares
- RTP, Radiotelevisão de Portugal
- Teatro Thalia
- TVI e TVI24
- Universidade Católica Portuguesa
- Universidade da Madeira
- Universidade de Aveiro, UA
- Universidade de Coimbra, UC
- Universidade de Lisboa, UL
- Universidade do Minho, UM
- Universidade do Porto, UP
- Universidade dos Açores, UA
- Universidade Nova de Lisboa, UNL
- V-Dem: Varieties of Democracy

FONTES PORDATA

- Instituto Nacional de Estatística (INE)
- Banco de Portugal (BP)
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM)
- Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
- Assembleia da República (AR)
- Procuradoria-Geral da República (PGR)
- Comissão Nacional de Eleições (CNE)
- Governo dos Açores
- Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS)
- Instituto do Desporto de Portugal, I.P. (IDP) / Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ) – actual
- Instituto Nacional de Comunicações (ANACOM)
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)
- Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (MSSS) / Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS) – actual
- Centro Nacional de Pensões (CNP) / Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS) – actual
- Direcção-Geral da Segurança Social (DGSS)
- Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT)
- Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)
- Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)
- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)
- Instituto de Informática (II)
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) / Ministério da Educação e Ciência (MEC) – actual
- Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES)
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)
- Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) / Direcção-Geral de Estatística da Educação e Ciência (DGEEC) – actual
- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE) / Direcção-Geral

- de Estatística da Educação e Ciência (DGEEC) – actual
- Gabinete de Gestão Financeira (GGF) / Direcção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira (DGPGF) – actual
- Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE)/ Instituto de Avaliação Educativa (IAVE) – actual
- Júri Nacional de Exames (JNE)
- Rede de Bibliotecas Escolares (RBE)
- Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT) / Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE) – actual
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Instituto da Água, I.P. (INAG)
- Ministério da Justiça (MJ)
- Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)
- Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)
- Ministério da Saúde (MS)
- Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS)
- Direcção-Geral da Saúde (DGS)
- INFARMED, Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde
- Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA)
- Ministério da Cultura (MC) / Secretaria de Estado da Cultura (SEC) – actual
- Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA)
- Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) / Direcção Geral do Património Cultural (DGPC)
- Teatro Nacional de São Carlos (TNSC) / Organismo de Produção Artística (OPART)
- Teatro Nacional D. Maria II (TNDM II) / Organismo de Produção Artística (OPART)
- Teatro Nacional São João (TNSJ) / Organismo de Produção Artística (OPART)
- Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)
- Ministério da Administração Interna (MAI)
- Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)
- Direcção-Geral da Administração Interna (DGAI)/ Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI) – actual
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)
- Ministério das Finanças (MF) / Ministério do Estado e das Finanças (MEF) – actual
- Caixa Geral de Aposentações (CGA)
- Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE) / Direcção-Geral de Protecção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE) – actual
- Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)



- Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) / Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) – actual
- Direcção-Geral do Orçamento (DGO)
- Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF)
- Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI)
- Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP)
- Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT) / Ministério da Agricultura e do Mar (MAM) – actual
- Autoridade Florestal Nacional (AFN) / Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA) / Direcção- Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – actual
- Instituto de Meteorologia (IM) / Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) – actual
- Ministério da Economia e do Emprego (MEE) / Ministério da Economia (ME) – actual
- Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)
- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)
- Turismo de Portugal, I.P
- Departamento de Estatística da União Europeia (Eurostat)
- Organização Internacional das Madeiras Tropicais (ITTO)
- U.S. Bureau of Labor Statistics
- Direcção-Geral Sociedade da Informação da Comissão Europeia (DG INFSO)
- Agência Europeia do Ambiente (AEA)
- Agência Internacional de Energia (AIE)
- Banco Central Europeu (BCE)
- Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia (JRC)
- Centro Temático Europeu sobre o Ar e as Alterações Climáticas (ETC/ACC)
- Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE)
- Comissão Europeia (CE)
- DG Acção Climática da Comissão Europeia (DG CLIMA)
- Institutos Nacionais de Estatística (INE)
- Ministério dos Assuntos Internos e Comunicações do Japão
- Nações Unidas (NU)
- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Instituto de Estatística (UNESCO-UIS)
- Organização Europeia de Patentes (EPO)
- Organização Internacional do Trabalho (OIT)
- Organização Mundial de Saúde (OMS)
- Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO)
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)
- Statistics Bureau (Japão)
- U.S. Statistics Bureau
- União Internacional das Telecomunicações (UIT)

Órgãos Sociais da Fundação a 31/12/2019

Conselho de Curadores

Alexandre Soares dos Santos,

PRESIDENTE (1936-2019)

Eduardo Marçal Grilo

José Soares dos Santos

Luís Amado

D. Manuel Clemente

Nuno Garoupa

Comissão de Vencimentos

Alexandre Soares dos Santos,

PRESIDENTE (1934-2019)

Eduardo Marçal Grilo

Luís Amado

Conselho de Administração

Jaime Gama, PRESIDENTE

António Araújo

António Lobo Xavier

David Lopes

Fátima Barros

Gonçalo Matias

Inês Soares dos Santos Canas

Maria Manuel Mota

Nuno Crato

Comissão Executiva do Conselho de Administração

Jaime Gama, PRESIDENTE

David Lopes, DIRECÇÃO-GERAL

António Araújo, DIRECÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Gonçalo Matias, DIRECÇÃO DE ESTUDOS

Conselho Fiscal

Henrique Soares dos Santos, PRESIDENTE

Paula Prado

Auditor Externo, EY

Academia Pordata, Acções de Formação em 2019

Evolução de formações e formandos (total), desde o início do programa:

Total acumulado de formações e formandos presenciais

	Formandos	Formações
2010	1 070	70
2011	3 352	164
2012	3 644	136
2013	6 308	315
2014	10 717	486
2015	16 998	771
2016	17 802	690
2017	15 042	506
2018	9 798	382
2019	17 078	138
Total	101 809	3 658

Nota: Os valores representam o total das formações presenciais, independentemente das plataformas abordadas.

N.º de utilizadores dos cursos *online* de formação pordata

2016	1 748
2017	252
2018	1 100
2019	398
Total	3 498

Nota: Os valores correspondem aos utilizadores dos dois cursos *online* disponibilizados pela Pordata.

Vendas Acumuladas dos Ensaio da Fundação, 2010-2019

N.º Título	Data de Lançamento	Total
1 Ensino do Português	Junho 10	38,283
2 Economia Portuguesa	Junho 10	26,690
3 Portugal: Os Números	Junho 10	24,411
4 Justiça Fiscal	Setembro 10	31,878
5 Difícil é Educá-los	Outubro 10	21,100
6 Autoridade	Outubro 10	10,533
7 Propriedade Privada: entre o Privilégio e a Liberdade	Outubro 10	9,751
8 Filosofia em Directo	Janeiro 11	25,558
9 Segurança Social	Janeiro 11	11,925
10 A Ciência em Portugal	Janeiro 11	9,801
11 Economia, Moral e Política	Abril 11	30,449
12 Discriminação da Terceira Idade	Abril 11	9,233
13 Corrupção	Abril 11	13,899
14 Portugal e o Mar	Abril 11	12,891
15 Sondagens, Eleições e Opinião Pública	Mai 11	7,704
16 A Televisão e o Serviço Público	Julho 11	4,970
17 Os Atrasos da Justiça	Julho 11	5,822
18 A Morte	Julho 11	20,328
19 Ensaio Respublicano	Setembro 11	5,806
20 O Governo da Justiça	Setembro 11	6,142
21 Liberdade e Informação	Setembro 11	6,523
22 A Nova Medicina	Janeiro 12	11,406
23 Classe Média: Ascensão e Declínio	Janeiro 12	9,310
24 Portugal: Dívida Pública e o Défice Democrático	Janeiro 12	12,788
25 Forças Armadas em Portugal	Mai 12	6,317
26 O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa	Mai 12	8,307
27 Matemática em Portugal, uma Questão de Educação	Mai 12	6,081
28 O Ensino da História	Outubro 12	3,787
29 Portugal, Portugueses: uma Identidade Nacional	Outubro 12	7,447
30 A Crise, a Família e a Crise da Família	Outubro 12	5,234
31 O Trabalho, Uma Visão de Mercado	Janeiro 13	5,450
32 O Futuro do Estado Social	Janeiro 13	7,293
33 Pela Sua Saúde	Janeiro 13	6,326
34 Liberdade de Expressão	Mai 13	4,300
35 Sobre a Morte e o Morrer	Mai 13	4,985
36 A Sexualidade	Mai 13	3,751



N.º Título	Data de Lançamento	Total
37 Os Investimentos Públicos em Portugal	Outubro 13	4,009
38 Parcerias Público-Privadas	Outubro 13	4,850
39 Portugal e a Europa: os Números	Outubro 13	4,472
40 Identidade Cultural Europeia	Dezembro 13	9,947
41 Economia Paralela	Janeiro 14	4,253
42 O Futuro da Floresta em Portugal	Janeiro 14	4,775
43 Educação e Liberdade de Escolha	Janeiro 14	4,704
44 Sons e Silêncio da Paisagem Sonora Portuguesa	Maio 14	2,911
45 Migrações e Cidadania	Maio 14	2,953
46 O Cancro	Maio 14	6,368
47 Os Portugueses e o Mundo	Outubro 14	3,673
48 Pseudociência	Outubro 14	6,792
49 Sociedade Civil	Outubro 14	2,694
50 Confiança nas Instituições Políticas	Janeiro 15	3,029
51 Ética com Razões	Janeiro 15	5,675
52 Crianças e Famílias num Portugal em Mudança	Maio 15	4,019
53 A Agricultura Portuguesa	Maio 15	4,037
54 O Parlamento Português	Maio 15	2,891
55 Adolescentes	Setembro 15	5,300
56 Política Externa Portuguesa	Setembro 15	3,555
57 O Dinheiro	Setembro 15	3,049
58 Rússia e Europa	Janeiro 16	5,430
59 Portugal e o Espaço	Janeiro 16	1,714
60 Política e Entretenimento	Janeiro 16	2,265
61 O Futuro da UE	Maio 16	2,839
62 Portugal e o Atlântico	Maio 16	2,899
63 Turismo em Portugal	Maio 16	3,053
64 A Democracia na Europa	Agosto 16	2,608
65 Pessoas com Deficiência em Portugal	Agosto 16	2,197
66 Ambiente em Portugal	Agosto 16	2,746
67 O Valor da Arte	Outubro 16	4,453
68 Crise e Crises	Outubro 16	2,290
69 Portugal, um Perfil Histórico	Outubro 16	5,068
70 Portugal: Paisagem Rural	Janeiro 17	3,326
71 Portugal e o Comércio Internacional	Janeiro 17	2,140
72 Euro e o Crescimento Económico	Janeiro 17	2,518
73 Os Exportadores Portugueses	Maio 17	1,874
74 Partidos e Sistemas Partidários	Maio 17	2,836
75 O Sistema Político Português	Maio 17	3,329
76 Futebol, o Estádio Global	Setembro 17	1,378
77 A Universidade como Deve Ser	Setembro 17	2,949

N.º Título	Data de Lançamento	Total
78 O Ensino Superior em Portugal	Setembro 17	1,934
79 Qualidade da Democracia	Janeiro 18	2,072
80 Hiperactividade e Défice de Atenção, Ausência e Procura de si	Janeiro 18	5,305
81 Nós e os Outros	Janeiro 18	4,124
82 A Saúde Mental dos Portugueses	Maio 18	4,165
83 As Pescas em Portugal	Maio 18	2,094
84 Cinema e História: aventuras narrativas	Maio 18	3,244
85 Envelhecimento e Políticas de Saúde	Setembro 18	1,996
86 Ditadura e Democracia	Setembro 18	2,220
87 Desperdício Alimentar	Setembro 18	1,950
88 Prevenir Doenças e Conservar a Saúde	Janeiro 19	5,503
89 A Energia em Portugal	Janeiro 19	1,937
90 Inteligência Artificial	Janeiro 19	6,960
91 Eleições na União Europeia	Abril 19	1,697
92 Administração Pública Portuguesa	Abril 19	2,013
93 Religião em Portugal	Abril 19	1,077
94 A Europa não é um País Estrangeiro	Junho 19	1,391
95 Pode Portugal ter uma Estratégia?	Junho 19	1,710
96 Criminalidade e Segurança	Setembro 19	1,088
97 As Plantas e os Portugueses	Setembro 19	2,928
98 Saúde Digital	Setembro 19	1,441
Total		645,196



Vendas Acumuladas dos Retratos da Fundação, 2014-2019

N.º Título	Data de Lançamento	Total
1 Prematuros	Maio 14	3,328
2 Portugal em Ruínas	Maio 14	11,989
3 Longe do Mar	Maio 14	4,897
4 Portugal de Perto	Outubro 14	2,783
5 Terra Firme	Outubro 14	3,499
6 Na Urgência	Outubro 14	3,662
<i>Pack Retratos</i>	Novembro 14	221
7 Malditos – histórias de homens e de lobos	Março 15	6,478
8 Aleluia	Março 15	2,846
9 Atelier	Março 15	2,257
10 A Escola	Maio 15	2,458
11 Os Últimos Marinheiros	Maio 15	3,978
12 A Porteira, a Madame e outras Histórias de Portugueses em França	Maio 15	4,642
13 Telenovelas, indústria e Cultura, Lda.	Janeiro 16	2,109
14 Alentejo Prometido	Fevereiro 16	10,806
15 Esquadra de Polícia	Fevereiro 16	2,597
16 Arigato, Eu	Maio 16	3,013
17 Raízes	Maio 16	2,443
18 Movimento Perpétuo	Maio 16	3,128
19 Guardas de Passagem de Nível	Fevereiro 17	2,514
20 Em Nome da Filha	Fevereiro 17	1,559
21 Hotel, os Bastidores	Fevereiro 17	2,472
22 Peregrinos	Abril 17	2,403
23 Vale a Pena?	Maio 17	2,104
24 Trás-os-Montes, o Nordeste	Maio 17	4,621
25 Ajudar a Cair	Setembro 17	940
26 Porto, Última Estação	Setembro 17	1,871
27 Turista Infiltrado	Setembro 17	2,228
28 Terapias, Energias e outras Fantasias	Fevereiro 18	2,481
29 Filhos da Químio	Fevereiro 18	3,494
30 Com a Devida Vénia: diários dos tribunais	Fevereiro 18	1,578
31 No Centro do Poder: governo e administração em Portugal	Maio 18	1,896
32 Da Costa	Maio 18	2,277
33 Vida de Prisão	Maio 18	2,129
34 Ainda aqui Estou	Setembro 18	1,738

N.º Título	Data de Lançamento	Total
35 Viver da Morte	Setembro 18	1,177
36 Cientistas Portugueses	Fevereiro 19	1,531
37 Arquite-se	Fevereiro 19	1,332
38 Efeito Marcelo, o Comentário Político na Televisão	Fevereiro 19	1,089
39 Quinas e Castelos, Sinais de Portugal	Maio 19	4,935
40 O Macaco Bêbedo foi à Ópera: da embriaguez à civilização	Maio 19	5,242
41 Vila Medieval	Maio 19	1,410
Total		130,155

A Equipa da Fundação em 2019





